

ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL

## Edital 410/2026

### Informações Básicas

Número do artefato UASG

410/2026 532101-ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL

Editado por

DANIELA CRISTINA DE MELO

Atualizado em

06/05/2026 13:11 (v 0.11)

Status

ASSINADO

### Outras informações

Categoria

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra

Número da  
ContrataçãoProcesso  
Administrativo

14700023133/2025-38

### Preambulo

Nº DA CONTRATAÇÃO 90530/2026

**CONTRATANTE: 532101****Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE**

### OBJETO:

Contratação de prestação de serviços de locação de equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica, reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, completos; de equipamentos de vídeo endoscopia portáteis, integrados, compactos, completos, novos, 1º uso; de instrumentais cirúrgicos reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, dispostos em kits ou bandejas; e de autoclaves, contemplando fornecimento e instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, peças, acessórios, insumos, componentes e materiais e alocação de postos de trabalho de profissionais técnicos especializados, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender a demanda de procedimentos diagnósticos e cirúrgicos de vídeo endoscopia nas especialidades de ginecologia, urologia, coloproctologia, cirurgia de cabeça e pescoço, otorrinolaringologia, anestesiologia, cirurgia pediátrica, cirurgia geral, gastrocirurgia, cirurgia torácica e neurocirurgia, em regime ambulatorial e de centro cirúrgico, eletivo,

urgente e emergencial para o Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira – HSPE/FMO do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

Sigiloso

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia **21/05/2026** às **10h** (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:**

Menor preço global

**Modo de disputa:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:**

Não

## Sumário

1. DO OBJETO3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA15
11. DOS RECURSOS15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90510/2026**

(Processo Administrativo SEI nº **147.00023133/2025-38**)

Torna-se público que o **Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE**, por meio da Presidente **Maria das Graças Bigal Barboza da Silva**, sediado à Avenida Ibirapuera nº 981, bairro de Vila Clementino, município de São Paulo –SP – CEP.04029-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), em especial os artigos 17, 18, inciso I do artigo 28 combinado com o Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023 e inciso I, do artigo 2º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73 DE 30/09/2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## 1. Do objeto

### DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de locação de equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica, reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, completos, de equipamentos de vídeoendoscopia portáteis, integrados, compactos, completos, novos, 1º uso; de instrumentais cirúrgicos reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, dispostos em kits ou bandejas e de autoclaves, contemplando fornecimento e instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, peças, acessórios, insumos, componentes e materiais e alocação de postos de trabalho de profissionais técnicos especializados, para atender a demanda de procedimentos diagnósticos e cirúrgicos de vídeoendoscopia nas especialidades de ginecologia, urologia, coloproctologia, cirurgia de cabeça e pescoço, otorrinolaringologia, anestesiologia, cirurgia pediátrica, cirurgia geral, gastrocirurgia, cirurgia torácica e neurocirurgia, em regime ambulatorial e de centro cirúrgico, eletivo, urgente e emergencial para o Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira – HSPE/FMO do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em **ÚNICO ITEM**.

## 2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

### 3. Da participação na licitação

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º(terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4 Não se aplicam nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme definido nas subdivisões subsequentes.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernente a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Considerando o valor estimado do ITEM ÚNICO objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o PREÇO, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de

2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.4.1 ou no subitem 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**4.11. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação de recolhimento de quantia à título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, conforme estabelece o artigo 58 da Lei Federal nº14.133/2021.**

**4.11.1. A garantia de proposta deverá ser apresentada no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).**

**4.11.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis , contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.**

**4.11.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.**

**4.11.4. A garantia de proposta poderá ser prestadas nas modalidades de que trata o § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº14.133/2021.**

## 5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **VALOR UNITÁRIO E TOTAL ESTIMADO DO ITEM.**

5.1.2. **Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade



do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o CONTRATADO não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL** do item, **QUE CORRESPONDE AO VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O PRAZO DE 15 (QUINZE) MESES** para a contratação.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS)**.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17.1 Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44e 45da [Lei Complementar nº123, de 2006](#), conforme definido em subdivisão do item 3.5.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado(se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 6.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.18.2.2 empresas brasileiras;
- 6.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.18.3 Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.18.4 Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.
- 6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares identificados abaixo, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados:
- 6.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.20 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do **item 8 do**

#### **Termo de Referência.**

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

E

7.9. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Edital.

7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.9.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) **Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo ou da região e Sindicato dos trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde – SindSaúde, de cada região**

7.9.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.9.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.9.7. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.9.8. Será solicitado que o licitante mais bem classificado envie, junto com sua proposta adequada ao último lance ofertado, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) do trabalho em que se baseia sua proposta.

7.9.8.1. O licitante mais bem classificado deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.9.9. Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:

7.9.9.1. cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial;

7.9.9.2. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974.

7.9.10. O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando o Contratado às sanções previstas no art. 156, caput, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.11. O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

7.9.12. Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja

vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021

E

7.9.13. Considerando que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.9.13.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.9.13.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.9.13.3. Para efeito da subdivisão anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como **ANEXO VI**.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no **subitem 8.9.1.**
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado.
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. Da ata de registro de preços

**9.1.** A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

**10.1.** A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.



## 11. Dos recursos

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados **pelo meio eletrônico de acesso ao Sistema SEI/SP.**

## 12. Das infrações administrativas e sanções

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:
  - 12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.5.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 12.1.6.1. Recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
  - 12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - 12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- 12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. Advertência;
- 12.2.2. Multa;
- 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a **Portaria IAMSPE nº29/2025 que integra este instrumento como Anexo III**, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação

integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **gelias@sp.gov.br** e **daniela.melo@iamspe.sp.gov.br**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como **Anexo II**.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo I – Termo de Referência;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os

- interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência e Anexo II do TR – Especificações/Quantidades;
- 14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.15.3. ANEXO III – Modelo referente à Planilha de Proposta;
- 14.15.4. ANEXO IV – Instrumento de Medição de Resultado – IMR;
- 14.15.5. ANEXO V – Modelos de Declarações;
- 14.15.6. ANEXO VI – Modelos referentes a vistoria prévia;
- 14.15.7. ANEXO VII – Modelo de Carta de Solidariedade;
- 14.15.8. ANEXO VIII – Cópia da Portaria IAMSPE nº29, de 27 de novembro de 2025.

..... , ..... de ..... de 202...

**Maria das Graças Bigal Barboza Da Silva**  
**Presidente do IAMSPE**

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA DAS GRACAS BIGAL BARBOZA DA SILVA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 13:11:13.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXOS I AO VIII DO EDITAL.pdf (2.17 MB)



ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL

Termo de Referência 475/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
475/2026	532101-ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL DANIELA CRISTINA DE MELO	05/05/2026 11:58 (v 0.15)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		147.00023133/2025-38

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de prestação de serviços de locação de equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica, reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, completos; de equipamentos de vídeo endoscopia portáteis, integrados, compactos, completos, novos, 1º uso; de instrumentais cirúrgicos reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, dispostos em kits ou bandejas; e de autoclaves, contemplando fornecimento e instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, peças, acessórios, insumos, componentes e materiais e alocação de postos de trabalho de profissionais técnicos especializados, a serem executados de forma continua, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender a demanda de procedimentos diagnósticos e cirúrgicos de vídeo endoscopia nas especialidades de ginecologia, urologia, coloproctologia, cirurgia de cabeça e pescoço, otorrinolaringologia, anestesiologia, cirurgia pediátrica, cirurgia geral, gastrocirurgia, cirurgia torácica e neurocirurgia, em regime ambulatorial e de centro cirúrgico, eletivo, urgente e emergencial, nos termos da Tabela anexa **(Anexo II)** e conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	CATSER	UN. MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Prestação de serviços de locação de equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica, reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, completos; de equipamentos de vídeo endoscopia portáteis, integrados, compactos, completos, novos, 1º uso; de instrumentais cirúrgicos reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, dispostos em kits ou bandejas; e de autoclaves, contemplando fornecimento e instalação, configuração, manutenção preventiva e					

01	corretiva, peças, acessórios, insumos, componentes e materiais e alocação de postos de trabalho de profissionais técnicos especializados, a serem executados de forma contínua, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender a demanda de procedimentos diagnósticos e cirúrgicos de vídeo endoscopia nas especialidades de ginecologia, urologia, coloproctologia, cirurgia de cabeça e pescoço, otorrinolaringologia, anestesiologia, cirurgia pediátrica, cirurgia geral, gastrocirurgia, cirurgia torácica e neurocirurgia, em regime ambulatorial e de centro cirúrgico, eletivo, urgente e emergencial	18554	Mês	15	SIGILOSO	SIGILOSO
----	--	-------	-----	----	----------	----------

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços de natureza comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, cujo excerto ora reproduzimos: “O objeto da contratação pretendida pode ser caracterizado como serviços de natureza comum, tendo em vista, especialmente, que os padrões de desempenho e qualidade desses serviços podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado; pois são executados segundo protocolos, métodos e técnicas conhecidos e determinados em normas expedidas pelas entidades regulamentadoras e, o fato de o objeto exigir capacitação técnica específica, não é suficiente para excluí-lo do conceito de bem ou serviço comum”.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15(quinze) meses, contados da data da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, tendo em vista que se trata de contratação visando à prestação dos serviços de saúde que não podem ser interrompidos sem que ocorra grave prejuízo aos pacientes, os mesmos devem ser prestados de forma contínua perpetuando-se ao longo do tempo pela necessidade de manutenção dos serviços, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o contido no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

### **Subcontratação**

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total estimado do contrato, por ser tecnicamente viável e considerando tratar-se de medida vantajosa para o Poder Público por ampliar a competitividade e a possibilidade de obtenção de preços melhores como resultado do certame, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as seguintes condições e as regras estabelecidas no contrato.

1.5.1. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas acessórias do objeto:

1.5.1.1. Assistência Técnica (manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de vídeo endoscopia, autoclaves, nobreaks e manutenção corretiva dos instrumentais cirúrgicos).

1.5.1.2. Postos de Profissionais Técnicos Especializados e Supervisor

## **2. Fundamentação da contratação**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, visto que este não integrará os apêndices deste Termo de Referência, transcrevem-se abaixo os principais excertos do referido documento.

### **2.1.1. Fundamentação da contratação:**

“O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo – IAMSPE- foi criado para oferecer atendimento médico a servidores públicos estaduais, seus dependentes e agregados por meio do Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira (HSPE) e tem por missão “melhorar a qualidade de vida dos contribuintes e beneficiários do IAMSPE por meio da promoção, prevenção e reabilitação da saúde, com apoio contínuo ao ensino e pesquisa”.

É o principal hospital do sistema de saúde do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo - IAMSPE e referência no atendimento de servidores públicos estaduais, seus dependentes e agregados, atuando, ainda, como Hospital Escola, incentivando o ensino, a pesquisa e o aperfeiçoamento no campo da medicina, oferecendo: Residência Médica, Pós-Graduação, Graduação e Estágios.

É um hospital geral de grande porte com unidades de ensino e pesquisa fazendo parte dos hospitais do nível de alta complexidade, contando com leitos de UTI, centros cirúrgicos grandes e complexos, envolvendo procedimentos que demandam tecnologia de ponta e de profissionais com a expertise necessária para utilizá-las.

Como é sabido, os avanços tecnológicos no campo médico estão muito acelerados, acompanhando os demais avanços na área da tecnologia em geral. As tecnologias estão em constante modernização e atualização. Um dos grandes benefícios da tecnologia são os diagnósticos e os procedimentos cirúrgicos mais rápidos, seguros e eficazes, possibilitando ao paciente uma maior chance de cura e/ou recuperação.

A evolução das técnicas e procedimentos médicos, com a utilização de equipamentos de alta tecnologia, traz, ainda, os seguintes benefícios: a) redução dos leitos ocupados; b) procedimentos cirúrgicos minimamente invasivos; c) aumento da rotatividade permitindo o atendimento a um maior número de pacientes; e c) redução do custo/paciente.

Concluindo, novas tecnologias têm potencial para reduzir custos, ampliar acesso e melhorar os serviços de saúde, porém são necessários conhecimentos e habilidades para que os profissionais de saúde possam utilizá-las com conhecimento profundo das ferramentas tecnológicas disponíveis.

Diante desse cenário e considerando que:

1) a saúde é um direito fundamental previsto na Constituição Federal;

2) que o Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira (HSPE) faz parte dos hospitais do nível de alta complexidade e é o principal hospital do sistema de saúde do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo – IAMSPE;

3) tendo em vista a velocidade dos avanços tecnológicos, inclusive na área da saúde, é praticamente impossível acompanhá-los, em especial em razão da necessidade de investimentos muito acima daqueles direcionados para esse fim;

4) conforme consta do Estudo Técnico Preliminar (ETP) a análise do custo/ benefício entre aquisição e locação direcionou para locação dos equipamentos e fornecimento dos instrumentais médicos, englobando a disponibilização de Postos de Profissionais Técnicos Especializados para auxílio na execução dos procedimentos e os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento peças, insumos, acessórios, componentes e materiais,

5) deverá ser implementado um programa de treinamento, com exigência de que pelo menos os profissionais que atuam na área médica (médicos/enfermeiros) sejam capacitados sobre aspectos básicos de utilização dos equipamentos e instrumentais médicos, incluindo orientação para novos servidores e treinamento em serviço (prático);

6) a disponibilidade dos serviços ora propostos irá permitir que o Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira – HSPE/FMO possa oferecer atendimento humanizado e extremamente qualificado para seus usuários; e

7) finalmente, considerando que a escassez de material humano qualificado é uma realidade enfrentada por todos que atuam na área da saúde”.

Estamos propondo a realização de procedimento licitatório visando a contratação que se baseia no conceito de disponibilidade plena da prestação dos serviços onde o Contratado se responsabiliza integralmente pelo fornecimento por meio de locação dos equipamentos de vídeo endoscopia, dos instrumentais cirúrgicos, das autoclaves e, ainda, pela instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, peças, acessórios, componentes, insumos e materiais descartáveis ou não e pela disponibilização de profissionais técnicos especializados para o processamentos dos equipamentos/instrumentais e auxílio na execução das cirurgias (instrumentação cirúrgica) e treinamento dos servidores da Contratante, para atender a demanda de procedimentos diagnósticos e cirúrgicos vídeo endoscópicos, em regime ambulatorial e de centro cirúrgico, eletivo, urgente e emergencial, nas especialidades de ginecologia, urologia, coloproctologia, cirurgia de cabeça e pescoço e otorrinolaringologia, anestesiologia, cirurgia pediátrica, cirurgia geral, gastrocirurgia, cirurgia torácica e neurocirurgia, a serem executados de forma contínua e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2.1.1.2. Conforme fundamentação constante do Estudo Técnico Preliminar(ETP), elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023), o modelo de locação (equipamentos e instrumentais) em detrimento ao de aquisição definitiva, é justificado por permitir, no caso de qualquer tipo de falha, a rápida manutenção corretiva sem prejuízo para rotina de atendimento aos pacientes, ou a substituição, no caso de os equipamentos apresentarem defeitos que não possam ser reparados; permite, ainda, o acesso à tecnologia atualizada sem grandes investimentos de capital e evita os custos fixos como os serviços de manutenção, aquisição de peças, componentes e acessórios necessários, mostrando-se mais vantajoso dos pontos de vista operacional e financeiro.

2.1.1.3. O detalhamento da contratação da prestação dos serviços ora propostos, assim como seus quantitativos encontra-se em tópico específico deste documento.

2.1.1.4. Os procedimentos serão realizados nos diversos Serviços das Especialidades objeto desta contratação, conforme tipo e quantidade estabelecidos no item 3 e subsequentes deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual/ 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme:

-ID PCA no PNCP: 60747318000162-0-00001/2026

-Data de Publicação no PNCP: 28/08/2025

-Id do item no PCA: 383/2025

-Classe/Grupo: 6515

-Identificador da Futura Contratação: 532101-506/2026

2.3. Atualmente essa Autarquia conta com o seguinte contrato em vigência, com o mesmo objeto: Processo Administrativo nº2474/2021, Processo SEI nº 147.0000211/2023-40, Contrato nº 125/2021, com vigência até 30/04/2026.

### 3. Descrição da solução

3.1. Este tópico tem por objetivo apresentar as condições e os requisitos técnicos mínimos a serem atendidos para a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica, reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, completos; de equipamentos de vídeo endoscopia portáteis, integrados, compactos, completos, novos, 1º uso; de instrumentais cirúrgicos reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, dispostos em kits ou bandejas; e de autoclaves, contemplando fornecimento e instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, peças, acessórios, insumos, componentes e materiais e alocação de postos de trabalho de profissionais técnicos especializados, a serem executados de forma contínua, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender a demanda de procedimentos diagnósticos e cirúrgicos de vídeo endoscopia nas especialidades de ginecologia, urologia, coloproctologia, cirurgia de cabeça e pescoço, otorrinolaringologia, anestesiologia, cirurgia pediátrica, cirurgia geral, gastrocirurgia, cirurgia torácica e neurocirurgia, em regime ambulatorial e de centro cirúrgico, eletivo, urgente e emergencial, especializada na prestação de serviços no segmento médico-hospitalar a qual deverá considerar a legislação vigente, as Normas Regulamentadoras, Portarias Ministeriais, Habilitações, tais como: informações cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), alvará de funcionamento, registro dos profissionais em conselhos de classe, entre outros, com a finalidade de garantir a segurança e o bem-estar dos pacientes e a celebração de contrato com aquela que oferecer a melhor proposta para a administração pública.

3.1.1. Por tratar-se de contratação visando à prestação dos serviços de saúde que não podem ser interrompidos sem que ocorra grave prejuízo aos pacientes, os mesmos devem ser prestados de forma contínua perpetuando-se ao longo do tempo não só pela necessidade de manutenção dos serviços, como para que o fornecedor, considerando o investimento necessário para implantação e manutenção dos serviços, possa estudar a viabilidade do negócio ajustando sua proposta aos riscos envolvidos, levando em conta fatores que acabam impactando na formulação de sua proposta, tais como, duração do contrato, os custos de atualização/substituição de equipamentos, mobilização e desmobilização dos serviços, de forma a oferecer preços competitivos com uma lucratividade adequada à realidade do contrato a ser firmado.

3.2. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) demonstrou que a solução para contratação pretendida aponta para a aglutinação dos serviços em módulo único, pois o objeto contempla atividades conexas que demandam integração operacional, garantindo segurança e confiabilidade nos procedimentos a serem realizados. Desta forma não será admitida a subdivisão do objeto em lotes, conforme justificativa que consta do citado documento (ETP), cujo excerto transcrevemos:

" Quando da avaliação das áreas técnica e requisitante com relação a possibilidade ou não do parcelamento da solução para o objeto a ser contratado, seguimos as orientações do Tribunal de Contas da União que, em seu sítio eletrônico, apresenta quatro perguntas a serem respondidas para avaliar se deve ou não ser realizado o

parcelamento da solução. Se as respostas forem afirmativas para as quatro perguntas, o parcelamento da solução deve ser realizado. Então, vejamos:

1) É tecnicamente viável dividir a solução? R: Não, pois não há como garantir que sistemas diferentes com tecnologias diferentes, possam compartilhar funcionalidades de forma eficiente e segura para os pacientes. A dificuldade de integração entre eles pode acarretar prejuízo da funcionalidade dos procedimentos como um todo, resultando na qualidade do produto. Desta forma, a redução e a prevenção de erros que minimizem as chances de criar um grave problema de saúde ou do evento morte deve ser a busca permanente de todos que atuam nessa seara. Além disso há que se considerar que todos os itens precisam ser adquiridos em sua totalidade e estar disponíveis ao mesmo tempo. A contratação da solução incompleta, poderá levar a atrasos no atendimento da necessidade da Administração até que as partes faltantes sejam contratadas com consequente interrupção dos serviços e prejuízo à realização dos procedimentos a que se destinam. Por fim, a aglutinação de diversos itens garante a uniformidade técnica, facilita a padronização dos procedimentos operacional e assegura a qualidade uniforme dos serviços prestados.

2) É economicamente viável dividir a solução? R: Não. Teoricamente, poderíamos afirmar que o parcelamento da solução pode aumentar a competição, atraindo um número maior de possíveis fornecedores e, por consequência, reduzir os valores contratados. Não se pode afirmar que a ampliação da disputa resultará na redução do valor a ser contratado. É uma avaliação que deve considerar que a contratação de apenas um fornecedor para atender a um agrupamento de itens que possuem características semelhantes e, em geral, são fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividade, manterá a competitividade da licitação e não prejudicará os potenciais fornecedores em participar do certame, pois trata-se de um segmento de mercado específico e os potenciais fornecedores deste mercado podem fornecer propostas mais vantajosas no seu ramo de atuação levando-se em conta a experiência, a expertise e a habilitação dos mesmos. O contratado poderá otimizar seus processos logísticos, reduzir os custos operacionais resultando em preços mais competitivos.

3) Não há perda de escala ao dividir a solução? R: Não. Como já tido anteriormente a modelagem escolhida busca a melhor solução para gerenciamento do ajuste pretendido, isso porque estão agrupados serviços inteiramente afins e interligados. A fragmentação em mais de um contrato, cujos contratados precisarão se reunir por ocasião da execução de cada procedimento, com uma supervisão para cada uma das partes dos serviços (locação de instrumentais cirúrgicos, equipamentos, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, postos de profissionais -instrumentação- e treinamento operacional), levará a fragmentação de um único serviço (procedimento cirúrgico ou ambulatorial) descaracterizando e/ou prejudicando o objeto da licitação. O parcelamento da solução ocasionará perda de escala com relação aos custos de transporte, entrega, instalação, equipe de manutenção- que pode ser única no caso de aglutinação dos itens- e equipe de instrumentação – treinamento no equipamento específico – resultando em aumento dos custos do fornecedor. Concluindo os benefícios do parcelamento não compensam o aumento dos custos e das dificuldades administrativas da gestão contratual. Um único contrato permite uma coordenação mais eficiente, facilitando o monitoramento do cumprimento das obrigações contratuais.

4) Há melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? R: Não. O princípio da competitividade que busca a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública é uma avaliação que deve levar em conta a viabilidade técnica além do menor preço. O conjunto de itens levado à licitação faz parte de uma única solução, ou seja, o procedimento cirúrgico realizado em ambulatório e/ou centro cirúrgico e, como dito anteriormente. Os serviços objeto da futura licitação, embora especializados e pertencentes a um mercado específico, tem padrões de desempenho e qualidade claros, mensuráveis e padronizados, com terminologias já conhecidas e praticadas no mercado (ex.: normas técnicas e/ou características técnicas, expedidas por entidades regulamentadoras).

Concluindo: A celebração do contrato na modelagem aglutinada, se mostra a opção mais adequada para o atendimento do interesse público e das necessidades da Administração, ainda que, eventualmente, parte das tarefas possa ser realizada por empresa subcontratada. Os resultados pretendidos na licitação são fundamentais para assegurar a continuidade, qualidade e eficiência dos serviços de saúde. Atingir esses resultados contribuirá para a excelência no atendimento médico, a segurança dos pacientes e a otimização dos recursos públicos”.

### 3.3. Especificações e quantitativos:

3.3.1. Locação de 07 (sete) equipamentos de vídeo endoscopia - Sistema portátil integrado, compactos, rígidos e flexíveis e/ou rígidos e flexíveis por meio de adaptador, novos, 1º uso, completos, contemplando a instalação, configuração, acompanhados de todos materiais e acessórios necessários ao pleno funcionamento do Sistema ofertado, suporte, cabos de conexão, adaptadores, conectores e teclado alfanumérico, caso necessário, para inserção dos dados do paciente e do procedimento realizado, garantindo a compatibilidade/integração entre os componentes e/ou instrumentais cirúrgicos com os equipamentos.

a) 07 (sete) sistemas portáteis integrados de vídeo endoscopia, Full-HD, resolução mínima 1080 (um mil e oitenta) linhas horizontais, com mínimo de 12" (doze polegadas), fonte de luz LED branca de alta potência, gravação via USB.

b) 07 (sete) cabos de fibra ótica específico para cada instrumental.

c) 07 (sete) teclados de membrana compatíveis com o sistema para seu controle.

d) 2 (dois) pedais USB para estroboscopia.

e) 2 (dois) microfones para estroboscopia.

3.3.2. Locação de 10 (dez) equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica de alta resolução Full-HD, novos, 1º uso, completos, contemplando a instalação, configuração, acompanhados de todos materiais e acessórios necessários ao pleno funcionamento do Sistema ofertado, suporte, cabos de conexão, adaptadores, conectores e teclado alfanumérico, caso necessário, para inserção dos dados do paciente e do procedimento realizado, garantindo a compatibilidade/integração entre os componentes e/ou instrumentais cirúrgicos com os equipamentos.

a) 10 (dez) microcâmeras digitais de alta resolução com circuitos integrados, sendo pelo menos 3 com chips/CMOS, com resolução com 1920 x 1080p com 60f/s (escaneamento progressivo de 60 quadros por segundo), formato de tela de 16:9 (WideScreen) nativo, com sensibilidade luminosa de 3 lux, ajuste de foco compatível com sistema 3D, zoom 2X no cabeçote da câmera.

b) 10 (dez) monitores de vídeo, grau médico, colorido, com 24" (vinte e quatro polegadas) tela plana, LCD, resolução mínima de 1080 linhas horizontais.

c) 10 (dez) Equipamentos de gravação com entrada para pen drive USB 2.0 e USB 3.0, entrada de vídeo digital e analógica, para gerenciamento e arquivamento de imagem;

d) 10 (dez) fontes de iluminação, em LED com 30.000 (trinta mil) horas, com indicador de tempo de uso, indicador digital de funções no painel, ajuste de intensidade com opção manual e automático, temperatura cor entre 5200 e 6500.

e) 10 (dez) cabos de fibra ótica com encaixes de aço inox, com dimensões 4mm X 2800mm, cabo imersível e autoclavável, cesto para esterilização, adaptador compatível com fonte de luz.

f) 10 (dez) insufladores de CO<sup>2</sup> com capacidade de vazão mínima de 45 litros/min, pressão selecionável de 5 a 45 mmHg automático/manual, microprocessado, alarme sonoro e visual, indicações de pressão de entrada de CO<sup>2</sup>, insuflação, fluxo e volume, para sistema de gás em cilindro de alta pressão, 10 filtros bacteriostáticos do CO<sup>2</sup> insuflado, seleção automática entre 100 e 230 volts-60 Hertz, conexões com rede elétrica, cabo de 3 (três) vias, com plugue de 3 (três) pinos.

g) 10 (dez) mangueiras de insuflação de CO<sup>2</sup>.

h) 10 (dez) unidades de Rack/armário, torre, carro de transporte e guarda com capacidade de suportar todos os equipamentos médicos citados na composição dos sistemas. Estrutura, quando pintada, em epóxi, ou então confeccionado em material não oxidável. Suporte móvel para colocação de um teclado, com rodízios giratórios com trava de pelo menos 2(dois) deles para estabilidade. Régua de tomada com cabo de alimentação com comprimento mínimo de 2 (dois) metros ou pontos de energia na torre/rack/carro de transporte para ligar todo o sistema.

i) 10 (dez) unidades de Nobreak senoidal, novos, 1º uso, com 1 hora de autonomia, com entrada bivolt automática (100-240V) que garanta, no mínimo, 15 (quinze) minutos de operação para o sistema em caso de falta de energia elétrica.

3.3.3. Locação de 02 (duas) autoclaves, novas, 1º uso, móveis, com tecnologias diversas (gravitacional, vácuo e/ou câmara simples/tradicional) mínimo de 4 (quatro) ciclos de esterilização sendo a esterilização rápida, com ciclo máximo de 30 minutos, capacidade mínima de 5 litros/ 1 kg ou maior, com os insumos necessários para o perfeito funcionamento (integradores, cliques biológicos e secantes), contemplando:

a) instalação, a manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças, insumos, componentes e materiais para o perfeito funcionamento das autoclaves, devendo atender as normativas exigidas pela RDC nº15, de 15/03 /2012; e

b) disponibilização de todos os materiais e insumos necessários (como exemplo: embalagem apropriada para acondicionar os materiais, indicadores químicos e biológicos, equipamentos de proteção individual e demais produtos) considerando os procedimentos ambulatoriais, de urgência e de emergência a serem realizados, visando garantir a segurança e esterilização dos equipamentos e/ou instrumentais utilizados, bem como realizar todos os procedimentos para garantir o processo como um todo.

c) As autoclaves devem utilizar tecnologia sustentável.

d) O agente esterilizante e os indicadores de qualidade (químico e biológico), a serem utilizados deverão ser do mesmo fabricante do equipamento ou validados pelo fabricante do equipamento detentor do registro do equipamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA, em atendimento a RDC nº 15, de 15 de março de 2012.



e) Devem seguir as normas da ABNT NBR ISO específicas para os processos de esterilização de produtos para saúde.

3.3.4. *Locação de 66 (sessenta e seis) bandejas ou Kits de instrumentais cirúrgicos, reutilizáveis, novos, 1º uso, com compatibilidade assegurada para utilização nos equipamentos de vídeo endoscopia garantindo a perfeita integração entre eles, conforme especificações abaixo definidas para cada tipo de especialidade médica.*

#### 3.3.4.1. Instrumentais Cirúrgicos – Centro Cirúrgico (Vídeo Cirurgia)

##### a) *Especialidade: Ginecologia*

a.1) *06 (seis) kits ou bandejas, - medidas aproximadas -, contendo cada uma o que se segue:*

a.1.1) 01 (um) endoscópio rígido, de acuidade visual (AV) = 30°, diâmetro (D) = 2,9mm, comprimento (C) = 300 mm, autolavável, com tecnologia óptica do tipo Hopkins, lentes em bastão, acondicionado em caixa ou estojo, devidamente lacrados.

a.1.2) 01(uma) camisa (diagnostica), de diâmetro (D) = 4,1mm, D=5,1 mm para utilização em exames com o endoscópio acima descrito.

a.1.3) 01 (uma) camisa interna, tipo Bettocch, para histeroscopia operatória, de fluxo contínuo do fluido, de diâmetro (D) = 4,3mm, com canal de instrumentos semirrígidos de diâmetro (D)=1.67mm, com torneira e adaptador com sistema Luer-lock.

a.1.4) 01 (uma) camisa externa, tipo Bettocch, de diâmetro (D) = 5,0mm, com torneira e adaptador Luer-lock, para utilização em conjunto com a camisa interna tipo Bettocch.

a.1.5) 01 (uma) pinça endoscópica para biópsia de diâmetro (D) = 5 French, comprimento (C)=340 mm, semirrígida, dupla ação.

a.1.6) 01 (uma) tesoura, de diâmetro (D) = 5 French, C=340 mm, boca romba, simples ação.

a.1.7) 01 (um) elemento de trabalho com mola de ação ativa, completo, com suporte móvel e movimento de eletrodo para frente, acompanhado de elemento de trabalho, alças de ressecção, eletrodo bola 3 mm, eletrodo bola 5mm, eletrodo para coagulação angulado, tubo de proteção para eletrodos e dois cabos monopolares.

a.1.8) 01 (uma) camisa endoscópica para ressectoscopia com tubo interno rotatório.

a.1.9) 01 (um) obturador para camisa ressectoscópica.

a.1.10) 01(uma) pinça endoscópica para fixação de mioma, D= 5Fr e C=340 mm.

a.1.11) 01 (um) eletrodo para eletrocirurgia, bipolar, para vaporização, D= 5Fr e C=340 mm.

a.1.12) 01 (um) eletrodo para eletrocirurgia, tipo agulha para coagulação, D= 5Fr e C= 340 mm.

a.1.13) 01 (um) eletrodo para eletrocirurgia, para coagulação, D=7Fr e C=50 mm.

a.1.14) 01 (um) eletrodos para eletrocirurgia, tipo alça para polipectomia, D=5Fr e C=32cm.

a.1.15) 01 (um) cabo de diatermia de alta frequência unipolar, para Pinça / tesoura eletro cirúrgica, plug tipo HF de 4mm para equipamentos antigos e C=3000 mm.

a.1.16) 01 (um) cabo de diatermia de alta frequência para Pinça endoscópica bipolar, C=3000mm.

a.1.17) 01 (um) cabo de iluminação com fibra ótica, D=3,5mm e =2300 mm.

a.2) 02 (dois) Kits ou bandejas (complemento ginecologia) contendo cada uma o que se segue:

a.2.1) 02 (duas) pinças bipolares com ponta curva de dissecação.

a.2.2) 02 (dois) manipuladores uterinos.

a.2.3) 02 (dois) manipuladores para cromotubagem

a.2.4) 02 (duas) pinças de apreensão para cólon de 36mm.

a.2.5) 02 (duas) pinça Pozzi.

a.2.6) 02 (duas) pinças de biópsia de dente (grasper).

a.2.7) 02 (duas) pinças para manipulação de tubas.

a.2.8) 02 (duas) pinças 2X3 dentes.

a.2.9) 01 (um) porta-agulhas

a.3) 02 (dois) irrigadores-aspiradores, 100-240V, 50/60Hz, apropriado para dilatação, irrigação e sucção da cavidade uterina, fluxo de 00 a 500mL/min, pressão de irrigação de 00 a 200mmHg, pressão de sucção de 00 a 0,5 bar.

#### b) Especialidade Urologia

b.1) 06 (seis) Kits ou bandejas - medidas aproximadas -, contendo cada uma o que segue:

b.1.1) 01 (um) endoscópio rígido, de acuidade visual (AV) =30°, diâmetro (D) =4 mm, comprimento (C)= 300 mm, autoclavável, com tecnologia óptica tipo Hopkins, lentes em bastão, sistema ótico avançado, com resolução de imagem de no mínimo 1080 pixels horizontais, taxa de contraste (proporção entre o preto e o branco puros (ex: 5000: 1)), colorida, acondicionados em caixa ou estojo, devidamente lacrados.

b.1.2) 01 (uma) camisa de diâmetro D=23 ou (D)=20 French para cistoscopia, com obturador e 02 (duas) torneiras para irrigação.

b.1.3) 01 (uma) peça guia com 01(um) canal de trabalho para passagem de instrumentos para utilização com a camisa acima descrita.

b.1.4) 01 (uma) pinça endoscópica flexível de diâmetro (D)=7 French e comprimento (C)=400 mm para remoção de corpos estranhos.

b.1.5) 02 (duas) pinças flexíveis de diâmetro (D)=7 French e comprimento (C)=400 mm para biópsia.

b.1.6) 01 (um) evacuador de Elik, completo.

b.1.7) 01 (um) elemento de trabalho, completo, com mola de ação ativa, com acionamento do eletrodo para frente, para alças de corte, coagulação e vaporização de 01 pino composto de: 01 elemento de trabalho, 02 alças de ressecção, 01 Eletrodo alças e 01 Eletrodo, 02 cabos de alta frequência e 01 tubo protetor.

b.1.8) 01 (uma) camisa endoscópica para ressectoscopia, rotatória, bico oblíquo, com ponta isolada de cerâmica para irrigação contínua.

b.1.9) 01 (um) obturador Standard para uso com camisas de 24/26Fr, cor amarela.

b.1.10) 01 (uma) camisa endoscópica de Sachse para uretrotomia de 21 Fr, com canal para sonda filiforme e 02 conectores Luer-Lock.

b.1.11) 01 (um) obturador para camisa de uretrotomia de 21Fr.

- b.1.12) 01 (uma) faca fria para uretrotomia, reta.
- b.1.13) 01 (um) cabo de luz de fibras óticas, D=3,5mm e C=1800 mm.
- b.1.14) 05 (cinco) eletrodos para vaporização, corte ou coagulação à escolha.
- b.1.15) 01 (um) nefroscópio completo.
- b.1.16) 01 (uma) bainha ou camisa.
- b.1.17) 01 (uma) pinça apreensão tridente.
- b.1.18) 01 (uma) pinça apreensão coágulos.
- b.1.19) 01 (um) endoscópio rígido (ureterorrenoscópio).
- b.1.19.1) Características: AO=45°, AV=06°, Ponta distal 07Fr, camisa de 08Fr a 13,5Fr graduado e C=430 mm.
- b.1.19.2) Observações: Imagem/iluminação por fibras, peça ocular fixa e canal central de instrumentos de 05Fr e 02 canais laterais para irrigação/sucção.
- b.1.20) 01 (um) endoscópio rígido (ureterorrenoscópio).
- b.1.20.1) Características: AO=45°, AV=06°, Ponta distal 07Fr, camisa de 08Fr a 13,5Fr graduado e C=340 mm.
- b.1.20.2) Observações: Imagem/iluminação por fibras, peça ocular fixa e canal central de instrumentos de 05Fr e 02 canais laterais para irrigação/sucção.
- b.1.21) 01 (um) endoscópio rígido (ureterorrenoscópio).
- b.1.21.1) Características: AO=45°, AV=06°, Ponta distal 08Fr, Camisa de 9,5Fr a 13,5Fr graduado e C=430 mm.
- b.1.21.2) Observações: Imagem/iluminação por fibras, peça ocular fixa e canal central de instrumentos de 06Fr e 02 canais laterais para irrigação/sucção.
- b.1.22) 01 (um)) endoscópio rígido (ureterorrenoscópio).
- b.1.22.1) Características: AO=45°, AV=06°, Ponta distal 08Fr, Camisa de 9,5Fr a 13,5Fr graduado e C=340mm.
- b.1.22.2) Observações: Imagem/iluminação por fibras, peça ocular fixa e canal central de instrumentos de 06Fr e 02 canais laterais para irrigação/sucção.
- b.1.23) 02 (duas) pinças Grasping para pequenos cálculos, dupla ação, C=600 mm.
- b.1.24) 02 (duas) pinças Grasping para grandes cálculos e fragmentos, dupla ação, C=600 mm.
- b.1.25) 02 (duas) pinças Pérez-Castro, para retirada de grandes fragmentos, dupla ação, C=600 mm.
- b.1.26) 02 (duas) pinças para biópsia, dupla ação, C=60cmp.
- b.1.27) 02 (duas) pinças para estenose, simples ação, corte para cima, C=60cmp.
- b.1.28) 02 (dois) equipamentos litotriptor ultrassônico – Rede: 110-120/200-240 V, 50/60Hz, Frequência de vibração: 22 - 29 KHz.
- b.1.29) 02 (dois) equipamentos litotriptor pneumático, rede 100-240 V, 50/60 Hz, frequência de impulso 15 Hz.
- b.1.30) 02 (duas) brocas ultrasônica com ponta oscilante, para nefrolitotripsia percutânea, C=400mm, D=3,5mm, para uso com litotriptorb.

**OBSERVAÇÃO:** Além da composição de cada um dos 6 (seis) kits, os quais deverão conter integralmente todos os itens previstos nos subitens b.1.1 a b.1.30, a empresa licitante deverá fornecer, adicionalmente, 02 (duas) unidades sobressalentes de cada um dos endoscópios descritos nos subitens b.1.19, b.1.20, b.1.21 e b.1.22, destinadas à

formação de reserva técnica para substituição imediata em caso de dano, falha ou necessidade de manutenção, sem prejuízo da plena operacionabilidade dos kits fornecidos.

c) Especialidade: Cirurgia de Cabeça, Pescoço e Otorrinolaringologia

c.1) 02 (dois) kits ou bandejas para Microcirurgia de Laringe, - medidas aproximadas - contendo cada uma o que segue:

c.1.1) 01 (uma) camisa para laringoscopia média, C=180 mm.

c.1.2) 01 (uma) camisa para laringoscopia pequena, C=180 mm.

c.1.3) 01 (um) suporte para uso com camisas de laringoscopia.

c.1.4) 01 (um) protetor bucal.

c.1.5) 01 (uma) pinça tipo Kleinasser, D=2,0mm, C=230 mm, reta, tipo côncava arredondada, com canal de limpeza.

c.1.6) 01 (uma) pinça tipo Kleinasser, D=2,0mm, C=230 mm, côncava curvada para cima, com canal de limpeza.

c.1.7) 01 (uma) pinça tipo Kleinasser, D=2,0mm, C=230 mm, côncava, curvada para direita, com canal de limpeza.

c.1.8) 01 (uma) pinça tipo Kleinasser, D=2,0mm, C=230 mm, côncava, curvada para esquerda, com canal de limpeza.

c.1.9) 01 (uma) pinça tipo Kleinsasser, C=230 mm, triangular, serrilhada, tipo jacaré, curvada para cima a esquerda, com canal de limpeza.

c.1.10) 01 (uma) tesoura tipo Kleinsasser, C=230 mm, reta, com canal de limpeza.

c.1.11) 01 (uma) tesoura tipo Kleinsasser, C=230 mm, angulada em 15°, com canal de limpeza.

c.1.12) 01 (uma) tesoura tipo Kleinsasser, C=230 mm, angulada em 45°, com canal de limpeza.

c.1.13) 01 (uma) tesoura tipo Kleinsasser, C=230 mm, curvada para esquerda, com canal de limpeza.

c.1.14) 01 (uma) tipo tesoura Kleinsasser, C=230 mm, curvada para direita, com canal de limpeza.

c.1.15) 02 (duas) manopla para uso com Faca tipo Kleinsasser.

c.1.16) 01 (uma) faca tipo Kleinsasser, 23 mm, reta.

c.1.17) 01 (uma) faca tipo Kleinsasser, C=230 mm, angulada em 45°.

c.1.18) 01 (uma) faca tipo Kleinsasser, C=230 mm, pontiaguda, curvada.

c.1.19) 01 (uma) faca tipo Kleinsasser, C=230 mm, corte vertical, arredondada.

c.1.20) 01 (um) gancho, C=230 mm, angulado em 90°, ponta romba.

c.1.21) 01 (uma) cânula, D=3,0mm, C=230 mm para sucção tipo bola, curva para cima.

c.1.22) 01 (uma) cânula, D=2,5mm, C=230 mm, para sucção e coagulação.

c.1.23) 01 (uma) cânula D=3,0mm, C=260 mm, para sucção e coagulação.

c.1.24) 01 (uma) cânula D=3,0mm, C=260 mm, para sucção e coagulação isolada.

c.1.25) 02 (duas) agulhas tipo Kleinsasser, C=20-250 mm, 01 (uma) reta e 01 (uma) baioneta.

c.1.26) 01 (uma) pinça Bouchayer, C=230 mm, reta, com canal de limpeza.

c.1.27) 01 (uma) pinça Bouchayer, C=230 mm, angulada, com canal de limpeza.

- c.1.28) 01 (uma) pinça Bouchayer, C=230 mm, curva para direita, com canal de limpeza.
- c.1.29) 01 (uma) pinça Bouchayer, C=230 mm, curva para esquerda, com canal de limpeza.
- c.1.30) 01 (uma) pinça retangular reta de biópsia, 250 mm, com canal de limpeza.
- c.1.31) 01(uma) pinça retangular para direita de biópsia, 250 mm, com canal de limpeza.
- c.1.32) 01(uma) pinça retangular para esquerda de biópsia, 250 mm, com canal de limpeza.
- c.1.33) 01(uma) pinça retangular para cima de biópsia, 250 mm, com canal de limpeza.

**c.2) 02 (dois) Kits ou conjunto de laringoscópios de suspensão, contendo o que segue - medidas aproximadas**  
**- apresentando compatibilidade entre os instrumentos:**

- c.2.1) 02 (dois) laringoscópios de suspensão com aberturas laterais, medindo 180mm, com canal para aspiração, sendo 1 (um) para comissura anterior.
- c.2.2) 01 (um) laringoscópios de suspensão com aberturas laterais, medindo 130mm, com canal para aspiração.
- c.2.3) 01 (um) laringoscópio de suspensão com controle de abertura vertical e angular, medindo 180mm, com canal para aspiração.
- c.2.4) 01 (uma) haste suspensora compatível com todos os laringoscópios do conjunto.
- c.2.5) 02 (dois) guia de luz curvo para baixo compatível com todos os laringoscópios do conjunto, dos quais um seja mais adaptável ao laringoscópio com controle de aberturas vertical e angular

**c.3) 02 (dois) Kits ou bandejas para Nasosinusal, contendo o que se segue - medidas aproximadas -, apresentando compatibilidade entre os instrumentos:**

**c.3.1) 01 (uma) ótica AV=0°, D=04mm, C=180 mm.**

**c.3.2) 01 (uma) ótica AV=30°, D=04mm, C=180 mm.**

**c.3.3) 01 (uma) ótica AV=45°, D=04mm, C=180 mm.**

**c.3.4) 01 (uma) ótica AV=70°, D=04mm, C=180 mm.**

**c.3.5) 01 (um) elevador tipo Freer ou similar, C=200 mm com duas extremidades, ponta pontiaguda, romba.**

**c.3.6) 01 (um) elevador tipo Cottle ou similar, C=200 mm com duas extremidades, ponta semipontiaguda, romba.**

**c.3.7) 01 (um) apalpador D=1,2mm e 2,0mm, C=190 mm.**

**c.3.8) 01 (uma) faca C=190 mm, tipo foice.**

**c.3.9) 01 (um) raspador tipo cureta, tamanho 3,0 C=190 mm.**

**c.3.10) 01 (uma) cânula D=3,0mm, C=125 mm, para antrum, longa e curva.**

**c.3.11) 01 (uma) pinça Blakesley, D=01mm, C=130 mm, reta.**

**c.3.12) 01 (uma) pinça Blakesley-Wilde, D=01mm, C=130 mm, angulada em 45° para cima.**

**c.3.13) 01 (uma) pinça Blakesley, D=01mm, D=3,5mm, C=130 mm, reta.**

**c.3.14) 01 (uma) pinça Blakesley, D=01mm, D=3,5mm, C=130 mm, angulada em 45° para cima.**

**c.3.15) 01 (uma) tesoura D=10 mm, C=110 mm, reta, serrilhada.**

**c.3.16) 01 (uma) pinça Stammberger, C=100 mm, retrógrada para cima.**

**c.3.17) 01 (uma) pinça Stammberger, D=3,5mm, C=180 mm, reta.**

**c.3.18) 01 (uma) pinça Kerrison, D=2,0mm, C=170 mm, angulada em 40° para cima.**

**c.3.19) 01 (uma) pinça Stammberger, C=100 mm, frontal, lado direito para baixo.**

**c.3.20) 01 (uma) pinça Stammberger, C=100 mm, frontal, lado esquerdo para baixo.**

**c.3.21) 01 (uma) pinça Heuwieser, C=100 mm, curvada para baixo em 90°, com abertura retrógrada até 120°.**

**c.3.22) 01 (uma) pinça Stammberger, D=3,5mm, C=170 mm, angulada em 65° para cima.**

**c.3.24) 01 (uma) pinça Kuhn-Bolger, D=3,0mm, C=120 mm, angulada em 55° para cima, com abertura vertical.**

**c.3.25) 01 (uma) pinça Kuhn-Bolger, D=3,0mm, C=120 mm, angulada em 55° para cima, com abertura horizontal.**

**c.3.26) 01 (uma) pinça Takahashi, C=110 mm, reta.**

**c.3.27) 1 (uma) pinça Watson-Williams, C=110 mm, angulada em 45° para cima.**

**c.3.28) 01 (uma) pinça Takahashi, D=09mm X 2,5mm, C=110 mm, angulada em 30° para cima.**

**c.3.29) 01 (uma) tesoura D=10mm, C=110 mm, boca serrilhada, curvada para direita.**

**c.3.30) 01 (uma) tesoura D=10mm, C=11cm, boca serrilhada, curvada para esquerda.**

c.4) 01 (um) kit ou bandeja para Cirurgia de Otologia contendo o que se segue - medidas aproximadas -, apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

c.4.1) 01 (um) elevador Lempert, D=07mm, C=180 mm, curvado.

c.4.2) 01 (uma) tesoura Fisch, C=105 mm, curvada, pontiaguda.

c.4.3) 01 (uma) pinça Wullstein, C=150 mm, boca com 1X2 dentes.

c.4.4) 01 (uma) pinça, D=3,0mm, C=125 mm, boca arredondada.

c.4.5) 01 (uma) pinça, C=180 mm, reta, ponta distal tipo prensa.

c.4.6) 01 (uma) maleótomato para secção da cabeça do martelo.

c.4.7) 01 (uma) gancho D=0,4mm, C=160 mm e angulada em 90°.

c.4.8) 01 (um) calibrador House, D=4,5mm e C=160 mm.

c.4.9) 01 (um) gancho Wagener, tamanho 1, C=155 mm e ponta distal baloada.

c.4.10) 01 (uma) pinça D=0,4x3,5mm, C=80 mm, serrilhada, delicada.

c.4.11) 01 (uma) pinça Hartmann, C= 80 mm, serrilhada, fina.

c.4.12) 01 (uma) tesoura Fisch-Bellucci, D=07mm, C=80 mm, boca reta, lâminas de 7mm, delicada.

c.4.13) 01 (uma) tesoura Fisch-Bellucci, D=03mm, C=80 mm, boca reta, lâminas de 7mm, delicada.

c.4.14) 01 (uma) cureta dupla, para exposição do átic.

c.4.15) 01 (uma) agulha Wullstein, C=165 mm, curvada, média.

c.4.16) 01 (uma) agulha C=180 mm, reta, tipo baioneta.

c.4.17) 01 (uma) faca D=3x3mm, C=155 mm, angulada em 45° para cima.

c.4.18) 01(uma) faca D=2,0mm, C=160 mm, angulada em 90°, arredondada.

c.4.19) 01 (um) perfurador de platina, D=0,4mm, C=160 mm.

c.4.20) 01 (um) perfurador de platina, D=0,6mm, C=160 mm

c.4.21) 01 (um) elevador, D=04mm, C=185 mm, ponta pontiaguda, curvado, para baixo, formato baioneta.

c.4.22) 01 (um) retrator, C=110 mm e com 2X3 dentes.

c.4.23) 01 (um) adaptador para cânula de aspiração

c.4.24) 01 (um) retrator, C=110 mm e com 2X3 dentes.

c.4.25) 01 (um) adaptador para cânula de aspiração

#### **d) Especialidade: Cirurgia Abdominal/Torácica**

d.1) 20 (vinte) Kits ou bandejas contendo cada uma, o que se segue - medidas são aproximadas-. Observação: Dentre os Kits ou bandejas, 2 (dois) serão dedicadas para pacientes super obesos.

- d.1.1) 01 (uma) agulha tipo Veress.
- d.1.2) 03 (três) trocartes de 05mm.
- d.1.3) 02 (dois) trocartes de 10mm.
- d.1.4) 01 (um) trocarte de 10mm com sistema de segurança para primeira punção.
- d.1.5) 02 (dois) redutores de 10/5mm.
- d.1.6) 01 (uma) ótica de 30°.
- d.1.7) 01 (um) aspirador e irrigador.
- d.1.8) 01 (um) aplicador de clipe compatível com cliques de ligadura em titânio 300/400.

Observação: Considerando que a vigência contratual poderá se estender por até 10 (dez) anos, caso haja alteração da marca/modelo dos cliques adquiridos pela Contratante, o Contratado deve garantir a substituição do instrumental (aplicador de clipe), por outro da mesma marca e fabricante, de qualidade igual ou superior, sem qualquer ônus para a Contratante.

- d.1.9) 02 (duas) pinças apreensão tipo Grasper.
- d.1.10) 01 (uma) pinça dissecação tipo Maryland.
- d.1.11) 01 (uma) tesoura tipo Metzembbaum.
- d.1.12) 01 (um) gancho.
- d.1.13) 01 (uma) pinça de apreensão forte.
- d.1.14) 01 (uma) pinça de apreensão forte de dentes.
- d.1.15) 01 (um) cabo cauterio (monopolar).
- d.1.16) 01 (um) cabo cauterio (bipolar).
- d.1.17) 01 (um) porta-agulhas.

e) Especialidade Cirurgia Avançada:

e.1) 03 (três) Kits ou bandejas contendo cada uma, o que se segue - medidas aproximadas -, apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

- e.1.1) 01 (uma) agulha tipo Veress de, no mínimo, 100mm.
- e.1.2) 01 (um) aplicador de clipe compatível com cliques de ligadura em titânio 300/400.

Observação: Considerando que a vigência contratual poderá se estender por até 10 (dez) anos, caso haja alteração da marca/modelo dos cliques adquiridos pela Contratante, o Contratado deve garantir a substituição do instrumental (aplicador de clipe), por outro da mesma marca e fabricante, de qualidade igual ou superior, sem qualquer ônus para a Contratante.

- e.1.3) 02 (dois) trocartes de 12mm.
- e.1.4) 02 (dois) redutores 12/10/5mm.
- e.1.5) 04 (quatro) pinças de apreensão para cólon de 43mm.
- e.1.6) 04 (quatro) pinças de apreensão para cólon de 36mm.



e.1.7) 01 (uma) pinça para fechamento de aponeurose.

f) Especialidade :Neurocirurgia

f.1) 01 (um) kit ou bandeja, para neuro endoscópio, contendo cada uma o que se segue – medidas aproximadas-apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

f.1.1) 01 (um) neuro endoscópio, AV=6°, D=3mm, C=150 mm.

f.1.2) 01 (uma) camisa, D=6,5mm, C=130 mm para neuro endoscopia com torneira lateral e entrada para cânula.

f.1.3) 01 (um) obturador D=02mm ponta romba.

f.1.4) 01 (uma) pinça D= 2,7mm, C=300 mm para corpos estranhos de dentes.

f.1.5) 01 (uma) pinça D= 2,7mm, C=300 mm para biópsia boca tipo côncava.

f.1.6) 01 (uma) tesoura D=2,7mm, C=300 mm, pontiaguda.

f.1.7) 01 (uma) tesoura D=1,7mm, C=300 mm, arredondada.

f.1.8) 01 (uma) pinça D=1,7mm, C=300 mm para biópsia tipo concha.

f.1.9) 01 (uma) pinça D=1,7mm, C=300 mm para ventriculostomia.

f.1.10) 01 (uma) pinça D=1,7mm, C= 300 mm, boca serrilhada, para corpos estranhos.

f.1.11) 01 (uma) cânula para irrigação.

f.1.12) 01 (um) eletrodo unipolar, D=1,7mm, C=300 mm, tipo bola.

f.1.13) 01 (um) eletrodo bipolar D=1,7mm, C=300 mm, tipo alça.

f.1.14) 01 (um) cabo de diatermia monopolar para uso com a Unidade eletrocirurgia C=3000 mm.

f.1.15) 01 (um) cabo de diatermia bipolar para uso com o coagulador, C=3000 mm.

f.1.16) 01 (um) braço articulado para ótica.

g) Especialidade: Cirurgia Pediátrica:

g.1) 02 (dois) Kits ou bandejas para Laparoscopia Pediátrica, contendo cada uma o que se segue - medidas aproximadas, apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

g.1.1) 01 (uma) ótica de 05mm, AV=30°.

g.1.2) 03 (três) trocarteres 3,9mm.

g.1.3) 2 (dois) trocarteres 06mm.

g.1.4) 01 (uma) pinça de corpo estranho.

g.1.5) 01 (uma) agulha de Veress.

g.1.6) 01 (uma) pinça Kelly 3,5mm.

g.1.7) 01 (uma) tesoura 3,5mm.

g.1.8) 03 (três) pinças Grasper 3,5mm.

g.1.9) 01 (uma) porta agulhas 3 mm.

g.1.10) 01 (um) cabo para bisturi elétrico unipolar com conector de 4mm.

g.1.11) 01 (um) aspirador/irrigador.

g.1.12) 01 (uma) pinça hook.

g.1.13) 01 (um) clipador.

h) Especialidade: Urologia pediátrica

h.1) 02 (dois) Kits ou bandejas, contendo o que se segue, - medidas aproximadas, apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

h.1.1) 01 (um) cisto ureteroscópio, com as seguintes características:

h.1.1.1) ótica rígida, AV=06°, D=08Fr, C=130 mm, graduado, dois canais de irrigação, com sistema de vedação e adaptados para limpeza.

h.1.2) 01 (uma) pinça flexível, para corpo estranho, D=03Fr, C=280 mm, boca tipo jacaré, dupla ação.

h.1.3) 01 (uma) pinça flexível, para biópsia, D=03Fr, C=280 mm, boca tipo côncava, dupla ação.

h.1.4) 01 (um) eletrodo unipolar, tipo gancho, diâmetro de 03Fr.

h.1.5) 01 (uma) faca D=30Fr, triangular.

i) Especialidade: Coloproctologia pediátrica

i.1) 01 (um) Kit ou bandeja para Fístula Anal e Cisto Pilonidal, contendo o que se segue, - medidas aproximadas, apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

**i.1.1) 01 (um) endoscópio rígido AV=08°, D=3,3 X 4,7mm, C=180 mm, autoclavável, com canal de trabalho para instrumentos de 2,5mm, bandeja de esterilização, empunhadura, obturador e com sistema de vedação.**

i.1.2) 02 (dois) eletrodos, D=7mm e C=530 mm.

i.1.3) 02 (dois) escovas para citologia, D=4mm.

i.1.4) 08 (oito) escovas descartáveis, D=5mm, para fístula.

i.1.5) 01 (uma) pinça de apreensão e dissecação tipo Reddick-Olsen, rotativa, tamanho D=2mm, C=30cm, com pino de conexão para coagulação monopolar, mandíbulas de dupla ação, com adaptador luer lock para limpeza, composta por: manopla de plástico, sem cremalheira, tubo externo com haste, isolado.

i.1.6) 01 (um) cabo de iluminação com fibra ótica, D=3,5mm e C=2300 mm.

j) Especialidade: Anestesiologia

j.1) 01 (um) Kit ou bandeja para via aérea difícil, contendo cada uma o que se segue – medidas aproximadas -, apresentando compatibilidade entre os instrumentos.

j.1.1) 01 (um) monitor de no mínimo 7", tecnologia CMOS;

j.1.2) 01 (um) cabo para monitor adequado para desinfecção manual e mecânica até 60°C;

j.1.3) 01 (uma) lâmina em aço permanente com curvatura especial desenhada para atendimento de casos de via aérea difícil (adulto), passível de desinfecção e esterilização por baixa temperatura até 60 °C;

j.1.4) 01 (uma) lâmina em aço permanente com curvatura especial desenhada para atendimento de casos de via aérea difícil (Pediátrica), passível de desinfecção e esterilização por baixa temperatura até 60 °C;

j.1.5) 01 (uma) maleta protetora para sistema de vídeo, feita com material resistente e lavável para armazenamento de todos os itens acima.

j.1.6) 01 (um) Vídeo broncoscópio infantil de aproximadamente 600mm, de alta resolução ou full-HD, com diâmetro de 3,2 mm a 3,4 mm.

#### 3.3.4.2. Instrumentais Cirúrgicos – Ambulatório

##### a) Especialidade: Ginecologia (Vídeo endoscopia)

a.1) 06 (seis) Kits ou bandejas, contendo cada uma o que se segue, - medidas aproximadas -, apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

a.1.1) 01 (um) endoscópio Rígido, tipo Hopkins, AV=30°, D=2,9mm, C=300 mm, autoclavável e com sistema ótico avançado com lentes em forma de bastão, resultando em imagens com excelente resolução e contraste, acondicionado em caixa específica.

a.1.2) 01 (uma) camisa, D=4,1mm, para exame, para uso com endoscópio supracitado.

a.1.3) 01 (uma) camisa Interna, Bettocch, D=4,3 mm, para histeroscopia, operatória, fluxo contínuo, com canal de instrumentos semirrígidos de 1,67mm, com torneira e adaptador Luer-lock.

a.1.4) 01 (uma) camisa externa, Bettocch, D=5 mm, com torneira e adaptador Luer-lock, para utilização em funcionamento com a camisa supracitada.

a.1.5) 01 (uma) pinça para biópsia, D=05Fr, C=340 mm, semirrígida, dupla ação.

a.1.6) 01(uma) tesoura, D=05Fr, C=340 mm, boca romba, simples ação.

##### b) Especialidade: Urologia

b.1) 02 (dois) Kits ou bandejas, para Vídeo endoscopia Rígida, contendo cada uma o que se segue, - medidas aproximadas -, apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

b.1.1) 01(um) endoscópio Rígido, tipo Hopkins, AV=30°, D=4 mm, C=300 mm, autoclavável e com sistema ótico avançado com lentes em forma de bastão, resultando em imagens com excelente resolução e contraste, acondicionado em caixa específica.

b.1.2) 01 (uma) camisa, D=20fr para cistoscopia com obturador, 02 torneiras para irrigação.

b.1.3) 01 (uma) peça guia com 01 canal para passagem de instrumentos para uso com camisa.

b.1.4) 01 (uma) pinça flexível, D=7fr, C=400 mm para corpos estranhos

b.1.5) 03 (duas) pinças flexíveis, D=7fr, C=400 mm para biópsia.

b.2) 03 (três) Kits ou bandejas para Vídeo endoscopia Flexível, contendo cada um o que segue, - medidas aproximadas - apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

b.2.1) 01 (um) Cistoscópio flexível, ângulo de visão de 120°, direção de visão de 0°, diâmetro distal 12Fr, comprimento de trabalho 360 mm, canal de trabalho de 7Fr, angulação up de 210° e down de 120°.

b.2.1) 01 (um) adaptador de 3 vias para irrigação para cistoscópio flexível.

b.2.2) 01 (uma) pinça de apreensão cirúrgica, reutilizável, dentada, diâmetro 5Fr, comprimento de 640 mm, flexível, dupla ação.

b.2.3) 02 (duas) pinças de biópsia, reutilizável, diâmetro 5Fr, comprimento de 640 mm, flexível, dupla ação.

b.2.4) 01 (uma) pinça de apreensão, dente de rato, reutilizável, diâmetro 5Fr, comprimento de 640 mm, flexível, dupla ação.

b.2.5) 01 (um) aparelho para teste de vazamento

b.2.6) 01 (uma) bandeja para equipamentos com tampa

b.2.7) 01 (um) tapete de silicone para bandeja

c) Especialidade: Cirurgia de Cabeça e Pescoço e Otorrinolaringologia

c.1) 01 (um) Kit material avulso para procedimentos nasais, conforme quantidade que se segue, medidas aproximadas, apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

c.1.1) 03 (três) endoscópios Rígidos, tipo Hopkins, AV=0°, D=04mm, C= 180mm, autoclavável e com sistema ótico avançado com lentes em forma de bastão, resultando em imagens com excelente resolução e contraste, acondicionado em caixa específica.

c.1.2) 04 (quatro) endoscópios Rígidos, tipo Hopkins, AV=70°, D=7,2/9,3mm, C=170 mm, autoclavável e com sistema ótico avançado com lentes em forma de bastão, resultando em imagens com excelente resolução e contraste, acondicionado em caixa específica.

c.1.3) 02 (dois) endoscópios Rígidos, tipo Hopkins, AV=30°, D=04mm, C=180 mm, autoclavável e com sistema ótico avançado com lentes em forma de bastão, resultando em imagens com excelente resolução e contraste, acondicionado em caixa específica.

c.1.4) 03 (três) endoscópios Flexíveis, com D=3,5mm, C=300 mm, AV=0°, CV=70° constituído por conexão para compensação da pressão, conjunto para teste de vazamento, com pera e manômetro e maleta.

c.1.5) 02 (dois) endoscópios flexíveis, com D=3,5mm, C=340 mm, AV=0°, CV=90°, canal de instrumentos DI=1,5mm constituído por pinça para biópsia, pinça para corpos estranhos, conexão para compensação da pressão, conjunto para teste de vazamento, com pera e manômetro, escova de limpeza, protetor bucal e maleta.

c.1.6) 01 (um) endoscópio flexível, com D=2,5mm, C=270 mm, AV=0°, CV=90°, deflexão=180/90° para cima e para baixo constituído por conexão para compensação da pressão, conjunto para teste de vazamento com pera e manômetro e caleta.

d). Especialidade: Coloproctologia

d.1) 02 (dois) Kits ou bandejas para Videorretossigmoidoscopia, Rígida, Adulto, contendo cada uma, o que se segue, - medidas aproximadas - apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

d.1.1) 01 (uma) pera de insuflação com regulador

d.1.2) 01 (um) adaptador com luz para anuscópio

d.1.3) 01 (um) endoscópio Rígido, tipo Hopkins, AV=0°, D=04mm, C=180 mm, autoclavável e com sistema ótico avançado com lentes em forma de bastão, resultando em imagens com excelente resolução e contraste, acondicionado em caixa específica.

d.1.4) 01 (um) endoscópio Rígido, tipo Hopkins, AV=30°, D=04mm, C=180 mm, autoclavável e com sistema ótico avançado com lentes em forma de bastão, resultando em imagens com excelente resolução e contraste, acondicionado em caixa específica.

d.1.5) 01 (um) adaptador para microcâmera

d.1.6) 01 (um) cabeçote para sistema descartáveis

d.1.7) 02 (dois) madris introdutórios

d.2) 01 (um) Kit ou bandeja para Videorretossigmoidoscopia Rígida Infantil, contendo cada um, o que se segue – medidas aproximadas- apresentando compatibilidade entre os instrumentos:

d.2.1) 01 (um) retossigmoidoscópio rígido reutilizável, 200 mm de comprimento, 16mm de diâmetro, cada um acompanhado por:

d.2.2) 01 (uma) pera de insuflação com regulador

d.2.3) 01 (um) adaptador para microcâmera

d.2.4) 01 (um) madril introdutório

3.3.4.3. Tratando-se de instrumentos médicos (componentes críticos) as normas de tolerância em dimensões são estritas e específicas e devem observar a intercambialidade e o ajuste correto dos componentes, sendo permitida uma margem de  $\pm 10\%$  (dez por cento) ou conforme especificações técnicas do fabricante original.

3.3.4.4. O Contratado reconhece a existência de interdependência tecnológica entre os equipamentos de vídeo endoscopia e os instrumentais cirúrgicos. Eventuais falhas ou indisponibilidades decorrentes da incompatibilidade técnica ou interrupção dos serviços prestados constituirão descumprimento da obrigação contratual.

3.3.4.5. Disponibilização 14 (catorze) Postos de Profissionais Especializados, distribuídos na seguinte conformidade:

3.3.4.5.1. 13 (treze) Postos de Profissionais Especializados, observando as escalas e perfis abaixo:

a) 07 (sete) postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, de instrumentadores cirúrgicos com formação de técnico de videoendoscopia;

b) 02 (dois) postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00 com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

c) 02 (dois) postos de 12 horas, diurno, sábado e domingo, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

d) 01 (um) posto de 12 horas, de Segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;e

e) 01 (um) posto de 6 horas, de Segunda-feira a domingo, das 16h às 22h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

3.3.4.5.2. 01 (um) Posto de Supervisor de 12 (doze) horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, diurno, das 7h00 às 19h00, com formação de nível superior em enfermagem.

## 4. Requisitos da contratação

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações sustentáveis, tais como:

- 4.1.1. menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 4.1.2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 4.1.3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 4.1.4. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 4.1.5. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados;
- 4.1.6. que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
- 4.1.7. que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 4.1.8. que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 4.1.9. que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003. e
- 4.1.10. descarte correto dos resíduos sólidos de acordo com a política nacional de resíduos sólidos.
- 4.1.11. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.
- 4.1.12. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 4.1.13. Na execução dos serviços, o Contratado deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa IBAMA, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).

***Da exigência de carta de solidariedade (art. 41, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)***

4.2. Na hipótese de o licitante atuar como revendedor ou distribuidor dos equipamentos de vídeo endoscopia e instrumentais objeto desta licitação, será exigida, na fase de habilitação, apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, como condição destinada a assegurar a execução do contrato, na forma do artigo 41, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.1. A carta de solidariedade é um documento firmado pelo fabricante ao licitante, revendedor ou distribuidor na forma de declaração, no qual o fabricante atesta que tem conhecimento do certame e se compromete a executar o que lhe incumbe para que o licitante tenha condições de cumprir a obrigação contratual, especialmente quanto ao fornecimento, reposição, manutenção, assistência técnica e disponibilidade dos equipamentos e instrumentais, não significando que o fabricante se torna coobrigado pelo adimplemento da obrigação, nem configura solidariedade obrigacional plena perante a Administração Pública, permanecendo o contratado como único responsável pelo adimplemento das obrigações assumidas **(Modelo Anexo VII)**.

4.2.1.1. A exigência de apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante é juridicamente possível, na forma do art. 41, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando restrita ao licitante provisoriamente vencedor quando realizada na fase de julgamento das propostas ou de lances.

4.2.1.2. Justifica-se a exigência da carta de solidariedade a que se refere a legislação acima citada, considerando que: a) a garantia de execução do futuro contrato está intrinsecamente ligada a natureza e características do objeto a ser licitado; b) locação de equipamentos de vídeo endoscopia e instrumentais cirúrgicos demanda elevado grau de confiabilidade técnica, continuidade operacional e **pronta reposição**, sendo diretamente dependente da atuação do fabricante, c) carta de solidariedade, por si só, não prejudica a competitividade e não implica direcionamento de

marca ou fabricante, uma vez que não impede a participação de diferentes fornecedores e modelos equivalentes e d) essa exigência, também, não restringe a competitividade, pois revendedores autorizados e/ou distribuidores com parcerias formais com os fabricantes tem capacidade de atender ao requisito.

## **Garantia da Contratação**

**4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 2% (dois por cento) do valor anual (por se tratar de contrato de serviço contínuo), da contratação, nas condições descritas nas cláusulas do contrato.**

### **Justificativa:**

A exigência de garantia do contrato tem por fundamento os seguintes aspectos: a) a necessidade da realização de investimentos iniciais expressivos por parte do licitante vencedor, e b) a possibilidade de acumula de passivo financeiro para a Administração em decorrência dos equipamentos de vídeo endoscopia e instrumentais a serem disponibilizados pelo Contratado no início da vigência contratual e o regime de dedicação exclusiva de mão de obra dos postos profissionais alocados para a Contratante.

Desta forma, a garantia do contrato serve como proteção de eventual inadimplência por parte do Contratado, tanto com relação a entrega dos equipamentos e/ou instrumentais quanto as obrigações trabalhistas por ventura não cumpridas.

*4.4. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:*

*I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor da Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;*

*II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;*

*III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;*

*IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a disciplina subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a disciplina subsequente, observada a legislação que rege a matéria;*

*V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.*

4.5. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação (detalhando suas condições, modalidades, valor e finalidade).

## **Vistoria**

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h00 às 15h00.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9.1. A vistoria poderá ser agendada através do e-mail Uinacio@gmail.com ou telefone (11) 943662802, com o senhor Ulisses Inácio da Silva Júnior.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (Anexo VI).

4.11. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## **Vedações**

### **4.12. Restrições:**

#### **4.12.1. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.**

##### **Justificativa:**

Justifica-se a vedação da participação de empresas reunidas em consórcio no futuro certame que trata da contratação de empresa para prestação de serviços locação de equipamentos de vídeo endoscopia, instrumentais cirúrgicos, dispostos em kits ou bandejas, postos de profissionais técnicos especializados para auxílio na execução dos procedimentos (instrumentação) e seu respectivo reprocessamento e treinamento operacional para os servidores deste Instituto, para atender a demanda de procedimentos vídeo endoscópicos desta Instituição, tendo em vista que, conforme justificativa do item 1.2. do Termo de Referência “O objeto da contratação pretendida pode ser caracterizado como serviços de natureza comum, tendo em vista, especialmente, que os padrões de desempenho e qualidade desses serviços podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado; pois são executados segundo protocolos, métodos e técnicas conhecidos e determinados em normas expedidas pelas entidades regulamentadoras e, o fato de o objeto exigir capacitação técnica específica, não é suficiente para excluí-lo do conceito de bem ou serviço comum”, e, portanto, não se aplica o entendimento das Cortes de Contas de que a formação de consórcios em licitação deve ser admitida em objetos que envolvam obras e/ou serviços de alto grau de complexidade ou de grande vulto, onde as empresas se unem para compartilhar os riscos financeiros, a expertise e os custos do negócio, o que se opõe ao com o caso concreto.

Cabe ressaltar, ainda, que, conforme item 3.2. deste documento, o objeto contratual demanda integração operacional, garantindo segurança e confiabilidade nos procedimentos e a unidade de responsabilidade técnica na execução dos serviços.

#### **4.12.2. Sociedades cooperativas.**

##### **Justificativa:**

A vedação somente pode ser justificada com a identificação da natureza do serviço a ser prestado pelo futuro contratado e, em havendo mão de obra a ser disponibilizada, definida a forma de como os serviços serão prestados por essa mão de obra. No caso concreto, identificamos que os serviços a serem prestados, pelo tipo de atividade a ser desenvolvida, envolve o vínculo de subordinação a que se refere o Acórdão nº 1815/2003 – Plenário- TCU, ora transcrito: “Se ficar patente que essas atividades ocorrem, no mais das vezes, na presença do vínculo de subordinação entre trabalhador e o fornecedor de serviços, deve o edital ser expresse (e fundamentado) quanto a esse ponto, o que autorizará a vedação à participação de cooperativas de trabalho, ou de mão de obra.”

Seguindo o mesmo posicionamento, após decisões em outros Acórdão daquela Corte, foi publicada a Súmula nº 281, TCU: “É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é



usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como a personalidade e habitualidade.”

#### 4.13.3. ME e/ou EPP (Inaplicabilidade dos benefícios de exclusividade ou preferências)

##### Justificativa:

Considerando que o fracionamento do objeto poderia comprometer sua integridade, dada a natureza integrada da contratação e considerando, ainda, que a pesquisa de preços realizada para o Estudo Técnico Preliminar verificou que o valor anual da contratação ultrapassa os limites estabelecidos no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, informamos que não serão aplicados os benefícios previstos na legislação acima mencionada (art. 4º, §§ 1º e 3º, da Lei Federal 14.133/21 c/c art. 3º, da Lei Complementar 123/2006).

##### Da Exigência de Catálogos/ Fichas Técnicas

4.14. Será exigido do licitante provisoriamente declarado vencedor a apresentação de documentos domínio público, tais como: catálogos, fichas técnicas, páginas da internet e/ou documentos do fabricante que confirmem que os equipamentos e instrumentais cirúrgicos ofertados cumprem os requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência (descrições, modelo, marca, fabricante), identificando cada requisito com a respectiva página do catálogo, ficha técnica e ou documento do fabricante, facilitando a análise por parte da equipe técnica da Contratante.

4.14.1. As especificações e/ou materiais informativos devem estar em português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da data da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A prestação dos serviços abrange:

5.1.2.1.1. Locação de instrumentais cirúrgicos, de equipamentos de vídeo endoscopia, de autoclaves e nobreaks, com a respectiva instalação, bem como a disponibilização de Postos de Profissionais Técnicos para manutenção preventiva dos instrumentais cirúrgicos, limpeza, desinfecção e esterilização dos equipamentos de vídeo endoscopia e dos instrumentais cirúrgicos, auxílio na realização de procedimentos cirúrgicos vídeos endoscópicos e treinamento de servidores desta instituição.

5.1.2.1.1.1. Os equipamentos de Vídeo Endoscopia (Sistemas) conforme especificações e quantidades estabelecidas no item 3.3 e subsequentes deste Termo de Referência, de acordo com a especialidade médica, devem atender ao que se segue:

a) permitir atualizações tecnológicas ao longo do contrato por conta da instalação de novos equipamentos, realização de novos procedimentos e/ou avanços da tecnologia.

b) ser registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária –ANVISA, conforme o disposto na Resolução RDC nº 751/202 e comprovar que atendem às normas técnicas aplicáveis, por meio do Certificado de Conformidade, nos termos da Instrução Normativa da Anvisa IN nº 3, de 2011, considerando que estes são classificados pela referida Agência nas classes de risco II ou III.

c) atender, quando for o caso, as normas técnicas de conformidade com padrões de segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética, conforme IEC 60601-1 e IEC 60601-2.

d) entregues em sua embalagem original de fábrica, lacrada, identificados pelo número de série, marca/modelo, acompanhados das respectivas notas fiscais, manual de operação (1 por equipamento), documento e/ou manual técnico (1 por lote de equipamento), em português, contendo, pelo menos: a) procedimento para manutenção preventiva e calibração do equipamento; e b) indicação da periodicidade das manutenções preventivas e procedimentos a serem executados, cumprindo, inclusive, as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária –ANVISA relacionadas à rotulagem e às instruções de uso, conforme disposto na RDC acima referida.

5.1.2.1.1.2. Os instrumentais cirúrgicos conforme especificações e quantidades definidas no item 3.3.4 e subsequentes deste Termo de Referência, de acordo com a especialidade médica, devem atender ao que se segue:

a) compatibilidade assegurada para utilização nos equipamentos de vídeo endoscopia;

b) tolerância nas dimensões de  $\pm 10\%$  (dez por cento).

c) registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária –ANVISA, conforme o disposto na Resolução RDC nº 751/2022 e comprovar que atendem às normas técnicas aplicáveis, por meio do Certificado de Conformidade, nos termos da Instrução Normativa da Anvisa IN nº 3, de 2011, considerando que estes são classificados pela ANVISA nas classes de risco II ou III.

d) atender, quando for o caso, as normas técnicas de conformidade com padrões de segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética, conforme IEC 60601-1 e IEC 60601-2.

e) ser entregues em sua embalagem original de fábrica, lacrada, identificados pelo número de série, marca/modelo, acompanhados das respectivas notas fiscais, manual do usuário e instruções de uso (IFU) em português, documento e/ou manual técnico (1 por lote de equipamento), em português, contendo, pelo menos: a) procedimento para manutenção preventiva e calibração e b) indicação da periodicidade das manutenções preventivas e procedimentos a serem executados, cumprindo, inclusive, as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária –ANVISA relacionadas à rotulagem e às instruções de uso, conforme disposto na RDC acima referida.

5.1.2.1.1.3. As autoclaves conforme especificações e quantidades estabelecidas no item 3.3.3 deste Termo de Referência, devem atender ao que se segue:

a) ser registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária –ANVISA, conforme o disposto na Resolução RDC nº 751/2022 e comprovar que atendem às normas técnicas aplicáveis, por meio do Certificado de Conformidade, nos termos da Instrução Normativa da Anvisa IN nº 3, de 2011.

b) atender, quando for o caso, as normas técnicas de conformidade com padrões de segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética, conforme IEC 60601-1 e IEC 60601-2.

c) entregues em sua embalagem original de fábrica, lacrada, identificados pelo número de série, marca/modelo, acompanhados das respectivas notas fiscais, manual de operação (1 por equipamento), documento e/ou manual técnico (1 por lote de equipamento), em português, contendo, pelo menos: a) procedimento para manutenção preventiva e calibração do equipamento; e b) indicação da periodicidade das manutenções preventivas e procedimentos a serem executados, cumprindo, inclusive, as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária –ANVISA relacionadas à rotulagem e às instruções de uso, conforme disposto na RDC acima referida.

5.1.2.1.1.4. Os nobreaks conforme especificações e quantidades definidas no item 3.3.2, letra “i” deste Termo de Referência, devem atender ao que se segue:

a) atender a Norma ABNT NBR 15014, com relação aos requisitos de desempenho para sistemas de alimentação ininterrupta e tempos de autonomia.

b) possuir Certificação INMETRO (Portaria 128/2022.).

c) utilizar o padrão brasileiro de tomadas, conforme NBR 14136.

d) atender as NR10 e NR12, com relação a prevenção de acidentes elétricos.

e) entregues em sua embalagem original de fábrica, lacrada, identificados pelo número de série, marca/modelo, acompanhados das respectivas notas fiscais, manual de operação (1 por equipamento), documento e/ou manual

técnico (1 por lote de equipamento), em português, contendo, pelo menos: a) procedimento para manutenção preventiva do equipamento; e b) indicação da periodicidade das manutenções preventivas e procedimentos a serem executados; acompanhados das certificações técnicas (INMETRO/ABNT).

5.1.2.1.1.5. Os equipamentos de vídeo endoscopia, os instrumentais cirúrgicos, as autoclaves e os nobreaks deverão ser entregues à Contratante devidamente identificados a fim de não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.

**5.1.3. Manutenção preventiva, corretiva e processamento dos equipamentos de vídeo endoscopia, das autoclaves, nobreaks e dos instrumentais cirúrgicos, com o fornecimento de peças, acessórios, insumos e materiais inerentes aos serviços, segundo suas características e de acordo com Cronograma de Manutenção apresentado e aprovado pela Contratante, observadas as normas/legislação vigentes, ANVISA e/ou fabricante.**

5.1.3.1. A manutenção preventiva dos equipamentos de vídeo endoscopia deverá ser realizada mensalmente por técnicos da fabricante ou por ela indicados, de acordo com Cronograma de Manutenção a ser aprovado pela Contratante e a manutenção preventiva dos instrumentais cirúrgicos deverá ser realizada pelos Profissionais Técnicos Especializados disponibilizados pelo Contratado, observadas as normas/legislação vigentes, ANVISA e/ou fabricante.

5.1.3.2. A manutenção corretiva dos equipamentos de vídeo endoscopia, autoclaves e instrumentais cirúrgicos deverá ser realizada pelo Contratado sempre que este constatar a necessidade ou quando solicitado pela Contratante, sem limite para o número de chamados, quantidade de atendimentos e sem quaisquer ônus adicionais para Contratante.

5.1.3.2.1. Em havendo a necessidade de manutenção corretiva de equipamentos (vídeo endoscópios e autoclaves) e /ou instrumentais cirúrgicos a mesma deverá ser providenciada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da solicitação da Contratada, a fim de evitar a paralisação dos serviços prestados aos usuários.

5.1.3.2.1.1. Identificando-se que o problema do equipamento e/ou instrumental cirúrgico não pode ser sanado no prazo estabelecido no item acima, o fato deve ser imediatamente comunicado à Contratante, cabendo ao Contratado providenciar a substituição por outro idêntico ou superior, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da notificação do evento à Contratante.

5.1.3.3. As manutenções preventivas e/ou corretiva realizadas pelo Contratado deverão ser registradas no Livro Diário. Os registros devem conter, no mínimo, as seguintes informações: a) identificação do solicitante, b) identificação completa do técnico que atendeu/executou o serviço, c) características do equipamento/instrumental (número de série, registro etc.), d) problema identificado, e) ação desenvolvida, f) tempo de execução e g) identificação do funcionário que supervisionou e validou a execução dos serviços; para fins de elaboração de relatório mensal de manutenção preventiva e corretiva realizadas, o qual deverá acompanhar a Ordem de Serviço a ser encaminhada ao Fiscal do Contrato para efeito de comprovação da realização dos serviços previstos em contrato.

5.1.3.3.1. No 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, o Contratado deverá disponibilizar à Contratante canais de comunicação diretos, como telefone fixo, telefone celular, e-mail e nome(s) do(s) responsável (eis) técnico(s), a fim de facilitar a comunicação entre a Contratante e o Contratado, com horário de atendimento de 2ª feira a domingo, inclusive feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia.

5.1.3.4. O processamento dos instrumentais cirúrgicos, pré e pós cada procedimento/cirurgia, compreende desmontagem, limpeza, desinfecção, esterilização, montagem e calibração observada a legislação vigente, com fornecimento de peças, insumos, acessórios e materiais inerentes aos serviços, em estrita observância ao contido na Resolução- RE nº 2605/2006 e na Resolução- RE nº 2606/2006 da ANVISA.

5.1.3.5. O Processamento dos equipamentos de vídeo endoscopia, pré e pós cada procedimento/cirurgia, compreendendo a desmontagem, limpeza, desinfecção, esterilização e montagem, com fornecimento integral de peças, insumos e materiais necessários.

#### **5.1.4. Disponibilização de Postos de Profissionais Especializados**

5.1.4.1. Disponibilização de 13 (treze) Postos de Profissionais Especializados, observando as escalas e perfis abaixo:

a) 07 (sete) postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, de instrumentadores cirúrgicos com formação de técnico de videoendoscopia;

b) 02 (dois) postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

c) 02 (dois) postos de 12 horas, diurno, sábado e domingo, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

d) 01 (um) posto de 12 horas, de Segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00; com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

e) 01 (um) posto de 6 horas, de Segunda-feira a domingo, das 16h às 22h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

*5.1.4.2. Disponibilização de 01 (um) Posto de Supervisor de 12 (doze) horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, das 7h00 às 19h00, com formação de nível superior em enfermagem.*

*5.1.5. Treinamento de servidores (médicos/enfermeiros) do IAMSPE.*

*5.1.5.1. O Contratado deverá apresentar um Cronograma de Treinamento incluindo o conteúdo programático para aprovação da Contratante, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data da assinatura do Contrato.*

## 5.2. Cronograma de Realização dos Serviços

*5.2.1. Fornecimento e instalação total dos equipamentos de vídeo endoscopia (portáteis e de alta resolução) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de assinatura do Contrato, conforme Cronograma de Mobilização a ser apresentado pelo Contratado ao Gestor de Contrato no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de assinatura do Contrato.*

*5.2.2. Fornecimento total dos instrumentais cirúrgicos, disposto em bandejas ou Kits em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de assinatura do contrato, conforme Cronograma de Mobilização apresentado pelo Contratado ao Gestor do Contrato no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de assinatura do Contrato.*

*5.2.3. Fornecimento total e instalação de autoclaves e nobreaks em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da assinatura do contrato, conforme Cronograma de Mobilização apresentado pelo Contratado ao Gestor do Contrato no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de assinatura do Contrato.*

*5.2.4. Disponibilização total dos 13 (treze) Postos de Profissionais Técnicos Especializados para manutenção /reprocessamento dos instrumentais cirúrgicos e auxílio nos procedimentos cirúrgicos deve ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da assinatura do Contrato, assim como 01 (um) Posto de Supervisor, conforme Cronograma de Mobilização apresentado pelo Contratado ao Gestor de Contrato no prazo acima estabelecido, de acordo com a escala de trabalho de cada Posto.*

*5.2.5. Os Cronogramas de Mobilização a que se referem os itens acima deverão ser formalmente aprovados pelo Gestor do Contrato no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do seu recebimento.*

## 5.3. Local e horário da prestação dos serviços

*5.3.1. Os serviços de elencados neste Termo de Referência serão prestados nas dependências do Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira – HSPE/FMO, sito à Rua Pedro de Toledo nº 1800, Vila Clementino, São Paulo, Capital.*

*5.3.2. Os serviços serão prestados de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, 24h00 (vinte e quatro horas) por dia, respeitada a escala constante do item 3.3.4.5. e subsequentes no que tange aos postos de serviços profissionais.*

## 5.4. Rotinas a serem cumpridas

*5.4.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:*

*5.4.1.1. Entrega dos bens (equipamentos de vídeo endoscopia, autoclaves, instrumentais cirúrgicos e nobreaks)*

5.4.1.1.1. A entrega dos bens objeto deste Termo de Referência deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário das 10h às 15h, no Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira – HSPE/FMO, localizado à Rua Pedro de Toledo nº 1800, Vila Clementino, São Paulo, Capital, nos prazos estabelecidos no Cronograma de Realização dos Serviços previsto neste documento.

5.4.2. Os bens deverão ser transportados pelo Contratado ou empresa por ele contratada a qual deverá obedecer às Boas Práticas de Distribuição e Transporte (RDC 430/2020 e RDC 665/2022).

5.4.2.1. O Contratado ou empresa por ele contratada para o transporte dos equipamentos de vídeo endoscopia e instrumentais cirúrgicos, deverá apresentar ao Gestor do Contratado a Autorização de Funcionamento (AFE) emitida pela ANVISA, ativa e válida e a Licença Sanitária (Alvará) emitida pela Vigilância Sanitária Municipal da sede da empresa, ambas ativas e válidas, sendo aceitos protocolos de renovação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data da assinatura do Contrato (RDC nº 16/2014).

5.4.3. O Contratado deverá manter, às suas expensas, seguro de transporte e de responsabilidade civil desde o carregamento do caminhão até a efetiva entrega e instalação dos bens.

5.4.4. Início da execução do objeto: em até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura do contrato.

5.5. Equipamentos hospitalares, materiais, pessoal a ser disponibilizado.

5.5.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, equipamentos de vídeo endoscopia, instrumentais cirúrgicos, autoclaves, peças, acessórios (incluindo nobreaks), insumos, componentes e materiais descartáveis ou não nas quantidades e especificações estabelecidas nos itens 3.3. e subsequentes, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5.2. Postos de Profissionais (quantidade/horários/escala/qualificação/atividades)

5.5.2.1. Disponibilização de 13 (treze) Postos de Profissionais Especializados, observando as escalas e perfis abaixo:

a) 07 (sete) postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, de instrumentadores cirúrgicos com formação de técnico de videoendoscopia;

b) 02 (dois) postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

c) 02 (dois) postos de 12 horas, diurno, sábado e domingo, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

d) 01 (um) posto de 12 horas, de Segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00; com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

e

e) 01 (um) posto de 6 horas, de Segunda-feira a domingo, das 16h às 22h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia;

5.5.2.2. Disponibilização de 01 (um) Posto de Supervisor de 12 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, das 7h00 às 19h00, com formação de nível superior em enfermagem.

5.5.2.3. Qualificação (exigências mínimas):

5.5.2.3.1. Profissionais Técnicos Especializados – Instrumentadores-

5.5.2.3.1.1. Formação técnica em instrumentação cirúrgica com registro no Conselho Regional de Enfermagem-COREN de sua jurisdição, conforme Resolução COFEN nº 609/2019.

5.5.2.3.1.2. Conhecimento Técnico Específico:

a) Domínio dos equipamentos de vídeo, como câmeras, fontes de luz, monitores, insufladores e instrumentos específicos de vídeo cirurgia (pinças, tesouras, porta-agulhas etc.), conhecimento de anatomia, fisiologia.

5.5.2.3.1.3. Habilidades:

a) Capacidade de preparar a sala cirúrgica, posicionar corretamente o sistema de vídeo, montar a mesa cirúrgica com os materiais adequados, auxiliar a equipe médica durante o procedimento.

5.5.2.3.1.4. Atividades (exigências mínimas):

a) Preparar a sala de cirurgia, verificar o funcionamento de todo sistema de vídeo e equipamentos periféricos posicionando o sistema de vídeo cirurgia, montagem da mesa cirúrgica, auxílio na paramentação da equipe cirúrgica que irá realizar o procedimento/cirurgia, apresentação dos instrumentos cirúrgicos de acordo com a necessidade da equipe cirúrgica no intraoperatório, desmontagem, limpeza, desinfecção, esterilização e montagem de todos os instrumentais e equipamentos utilizados no procedimento e posteriormente embalagem, mantendo o controle e cuidado necessários à contínua e correta performance cirúrgica.

b) Gerenciamento dos equipamentos e instrumentais cirúrgicos verificando a integridade destes antes, durante e após o procedimento/cirurgia.

5.5.2.3.1. Profissionais Técnicos/Auxiliares em videoendoscopia

5.5.2.3.1.1. Formação de nível médio em Enfermagem (Técnicos ou Auxiliares) com registro no Conselho Regional de Enfermagem-COREN de sua jurisdição, conforme Resolução COFEN nº 609/2019.

5.5.2.3.1.2. Conhecimento Técnico Específico:

a) Domínio dos equipamentos de vídeo, como câmeras, fontes de luz, monitores.

5.5.2.3.1.3. Habilidades:

a) Capacidade de preparar o ambulatório, posicionar corretamente o sistema de vídeo e auxiliar a equipe médica durante o procedimento.

5.5.2.3.1.4. Atividades (exigências mínimas):

a) Verificar o funcionamento de todo sistema de vídeo e equipamentos periféricos, desmontagem, limpeza, desinfecção, esterilização e montagem de todos os instrumentais e equipamentos utilizados no procedimento e posteriormente embalagem, mantendo o controle e cuidado necessários à contínua e correta performance do procedimento.

b) Gerenciamento dos equipamentos e instrumentais verificando a integridade destes antes, durante e após o procedimento.

#### 5.5.2.3.2. Profissional Técnico Especializado - Supervisão -

a) Graduação em enfermagem e formação em vídeo cirurgia, com registro no Conselho Regional de Enfermagem-COFEN de sua jurisdição, conforme Resoluções COFEN nº 214/1998 e nº 581/2018.

##### 5.5.2.3.2.1. Atribuições (exigências mínimas)

a) Coordenar as escalas dos profissionais e a distribuição em salas cirúrgicas.

b) Controlar o armazenamento dos instrumentais cirúrgicos e equipamentos esterilizados, fiscalizando a integridade das embalagens e a validade da esterilização.

c) Fiscalizar a organização dos Kits/bandejas por especialidade em local apropriado.

d) Monitorar as manutenções preventivas e corretivas, a fim de garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos, assim como providenciar a substituição imediata em caso de problema técnico, agendando as manutenções preventivas de acordo com o Plano de Manutenção e de forma a não prejudicar o agendamento das cirurgias

e) Controlar o Livro de Registro registrando data, hora e natureza de intervenções realizadas nos equipamentos, as entradas e saídas de insumos e/ou materiais do estoque, anotar quais os equipamentos utilizados em quais pacientes para fins de rastreabilidade.

f) Acompanhamento do treinamento de funcionários.

5.5.2.4. O rol de atividades e/ou atribuições acima descrito não é exaustivo, devendo os instrumentadores cirúrgicos, bem como o Supervisor executar quaisquer outras tarefas necessárias, desde que compatíveis com as atribuições da função e sua formação.

5.5.3. O Contratado deverá entregar ao Gestor do Contrato no prazo de até 4 (quatro) dias úteis contados da data que anteceder a disponibilização dos Profissionais Técnicos Especializados e do Profissional Técnico Especializado – Supervisor - para a Contratante, por meio físico ou por meio de dispositivo de armazenamento de dados removível (unidade flash USB), a documentação abaixo relacionada de todos os profissionais que atuarão na execução dos serviços contratados: a) cópia do diploma do curso de Técnico de Enfermagem e ou do diploma de graduação em Enfermagem, conforme o caso, b) diploma/certificado do curso de instrumentação cirúrgica registrado no Conselho Federal de Enfermagem-COFEN de sua jurisdição, diploma/certificado do curso de vídeo cirurgia registrado no Conselho Federal de Enfermagem-COFEN de sua jurisdição d) currículo; d) foto 3x4; e e) cópia do RG e CPF.

5.5.3.1. Os diplomas/certificados devem ser emitidos por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

5.5.4. Na ocorrência de ausência de profissional da equipe por motivo de falta, o Contratado deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de 2(duas) horas contado do horário previsto na escala de trabalho.

5.5.4.1. As demais ausências, como férias, licença médica e outros afastamentos temporários previstos em Lei deverão ser supridas em tempo hábil a fim de não comprometer a escala dos serviços.

5.5.4.2. No caso de substituição, o Contratado deverá proceder conforme itens 5.5.2.3 e subsequentes com relação às exigências.

5.5.5. Fica reservado à Contratante o direito de consultar seus registros junto a Gerência de Recursos Humanos a fim de verificar a inexistência de vínculo empregatício simultâneo dos profissionais da equipe disponibilizada com o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE.

5.5.6. Treinamento de Servidores da Contratante (médicos/enfermeiros):conforme previsto no item 5.1.5.

5.6. *Todos os itens que compõem os módulos de serviços ora tratados, em razão da natureza integrada da contratação, devem ser disponibilizados nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e estarem acessíveis à Contratante em tempo integral.*

5.7. *A suspensão de procedimento/cirurgia por falta de qualquer um dos componentes necessários à sua realização por responsabilidade do Contratado deverá ser comunicado oficialmente pelo(a) enfermeiro(a) do Centro Cirúrgico ao Gestor do Contato para apuração do fato e adoção das medidas cabíveis.*

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta** (excertos do Estudo Técnico Preliminar)

5.7. *“A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

*A instituição realiza expressivo volume de procedimentos cirúrgicos e diagnósticos de média e alta complexidade, dentre os quais se destacam aqueles realizados por técnicas vídeo endoscópicas e minimamente invasivas, amplamente consolidadas em razão dos benefícios clínicos proporcionados aos pacientes, tais como menor trauma, menor risco pós-operatório e menor tempo de internação, levando a maior disponibilidade de leitos para melhor giro e gestão hospitalar.*

*Diante dos já mencionados benefícios da ampliação de procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais por videocirurgia, houve um aumento significativo da demanda por procedimentos cirúrgicos e vídeo endoscópicos no HSPE, inclusive nos casos de urgência e emergência, levando à necessidade de revisão e redimensionamento do contrato, de forma a atender adequadamente às necessidades operacionais do hospital nas seguintes especialidades: Neurocirurgia, Otorrinolaringologia, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia Torácica, Cirurgia Geral, Gastrocirurgia, Ginecologia, Urologia e Cirurgia Pediátrica.*

*O HSPE conta atualmente com 22 salas cirúrgicas ativas, dentre as quais, no mínimo 11 serão destinadas para realização de procedimentos por vídeo endoscopia, incluindo a sala destinada para cirurgias de emergência, cuja programação diária contempla a utilização simultânea de múltiplas salas operatórias, assim dimensionada: Cirurgia de Cabeça e Pescoço / Otorrinolaringologia – 1 a 2 salas diariamente; Cirurgia Geral – 2 a 3 salas diariamente; Gastrocirurgia – 3 a 4 salas diariamente; Ginecologia – 2 salas diariamente; Urologia – 2 a 3 salas diariamente e Cirurgia de emergência – 1 sala diariamente*

*Considerando a quantidade atual de equipamentos e instrumentais para realização de videocirurgias, os diretores do HSPE definem as agendas realizando rodízio de equipamentos entre as equipes cirúrgicas, o que, por consequência, acaba limitando o número de procedimentos realizados simultaneamente. Outro fator limitador é o tempo necessário para o indispensável processamento (limpeza, preparo, esterilização e liberação) dos materiais pelo Centro de Material e Esterilização – CME.*



*Dessa forma, para início dos procedimentos cirúrgicos diários, há necessidade de que no mínimo 11 salas cirúrgicas estejam equipadas simultaneamente no 1º horário com sistemas completos de videocirurgia. E, para assegurar o funcionamento adequado do 2º e 3º horários cirúrgicos subsequentes, otimizando o uso das salas cirúrgicas e a produtividade das equipes médicas, entendemos necessário que o quantitativo de bandejas de instrumentais seja ao menos o dobro do número de salas cirúrgicas utilizadas.*

*Além das atividades realizadas no centro cirúrgico, existem diversos procedimentos diagnósticos podem ser realizados em ambiente ambulatorial, sem a necessidade de internação hospitalar, mediante disponibilidade de sistemas portáteis de vídeo endoscopia, dentre os quais destacamos: cistoscopias, histeroscopias diagnósticas, retossigmoidoscopia, dentre outras.*

*Considerando o histórico desses procedimentos, foram realizados no ano de 2025 no HSPE 450 cistoscopias com biópsia em regime de internação hospitalar e 342 histeroscopias cirúrgicas e que poderiam ter sido realizadas em ambiente ambulatorial, sem a necessidade de internação, com maior agilidade diagnóstica e redução de custos assistenciais.*

*Visando melhor adequação da capacidade assistencial do HSPE, considerando o volume de procedimentos realizados e a demanda por mais procedimentos por vídeo endoscopia, a nova contratação deve contemplar a locação dos equipamentos, instrumentais e mão de obra, cujas especificações estão detalhadas neste Termo de Referência.”*

## **5.8. Especificação da garantia do serviço**

*5.8.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

*5.8.2. O Contratado deverá assumir toda a responsabilidade pelos serviços executados (técnico, civil e trabalhista).*

*5.8.3. O Contratado se compromete a refazer, reparar ou corrigir qualquer defeito, vício ou imperfeição no serviço executado, sem custos adicionais para a Contratante, dentro do prazo de garantia.*

*5.8.4. A responsabilidade cobre tanto os vícios ocultos (defeitos que aparecem com o tempo) quanto os aparentes (defeitos visíveis no momento da entrega).*

## **Uniformes**

*5.9. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nas subdivisões seguintes:*

*5.9.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:*

*5.9.1.1. Superior: camisas polo (masculina/feminina), com o logotipo da empresa;*

*5.9.1.2. Inferior: Calças, em tecido resistente;*

*5.9.1.3. Estações frias: Jaquetas ou agasalhos;*

*5.9.1.4. Calçados: Sapatos fechados ou tênis, confortáveis.*

*5.9.1.5. 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;*

*5.9.1.5.1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:*

*a) Conforto;*

- b) *Bom acabamento;*
- c) *Ajuste perfeito ao corpo do usuário;*
- d) *Boa qualidade e resistência;*
- e) *Não transparentes;*

5.9.1.5.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, e deverão ser substituídos sempre que estiverem apertados;

5.9.2. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;

5.9.3. A paramentação a ser fornecida pelo Contratado aos instrumentadores cirúrgicos (uniforme privativo), sem qualquer repasse do custo, devem seguir rigorosas normas de higiene e segurança, de acordo com a NR-32, composto, no mínimo de: uniforme tipo pijama cirúrgico, avental/capote: estéril ou de proteção, resistente a fluidos, máscara cirúrgica, óculos de proteção, touca/gorro, luvas estéreis, proteção para os pés.

### ***Procedimentos de transição e finalização do contrato***

5.10. *Os procedimentos de transição e finalização (desmobilização) do contrato constituem-se das seguintes etapas de responsabilidade da Contratante e/ou Contratado:*

5.10.1. *Elaboração do Cronograma de Desmobilização em até 05 (cinco) dias úteis contados da data da comunicação formal do encerramento contratual;*

5.10.2. Descredenciamento da equipe técnica do contratado;

5.10.3. Devolução de credenciais de acesso, sejam de circulação ou de acesso a sistemas do IAMSPE;

5.10.4. Devolução pela Contratante dos equipamentos, instrumentais cirúrgicos e todo acessório de propriedade do Contratado no estado em que foram recebidos, admitindo-se os desgastes naturais, ou seja, a deterioração previsível e esperada pelo uso regular ao longo do tempo, sem que isso gere penalidade ou custo à Contratante.

5.10.5. Entrega, formal, de toda e qualquer documentação produzida em decorrência da execução contratual, seja ela física ou por meio de dispositivo de armazenamento de dados removível, à Contratante e, se for o caso, assinatura do Termo de Encerramento Contratual.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as Normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, a Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. *O preposto indicado pelo Contratado deverá ficar disponível durante o horário comercial para comparecimento presencial quando solicitado pela Contratante.*

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.9.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **Fiscalização Técnica**

6.10.O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11.O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.16. *A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo VIII** deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.*

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada

6.20. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.22. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.
- 6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6).
- 6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.26.1. O fiscal técnico fará o acompanhamento dos aspectos administrativos e financeiros relacionados à execução do contrato, e verificará se a quantidade, qualidade e a forma de realização dos serviços estão compatíveis com os serviços contratados.
- 6.27. A fiscalização de que trata o item 6.26. não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante.
- 6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.
- 6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- Fiscalização Administrativa**
- 6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).
- 6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).
- 6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, (os documentos

poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.33.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços;

6.33.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m); e

6.33.1.5. Comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974;

6.33.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.33.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.33.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.33.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.33.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.33.3. Quando solicitado pela Contratante no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.33.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.33.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador a Contratante;

6.33.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.33.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.33.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.33.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.33.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

6.33.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.33.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.34. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.35. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.36. A Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

6.37.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

6.37.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

6.37.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

6.38. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.39. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, a Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.41. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, a Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.42. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com

o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.42.1.A Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

6.43. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada(art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.43.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.

6.43.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.

6.43.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pela Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.44.O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.45. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.46. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.47.Sempre que solicitado pela Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.48. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.49. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

### **Gestor do Contrato**

6.50.O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.51.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.52.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com

menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.53. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.54. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.55. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. *A utilização do Instrumento de Medição de Resultado- IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.3.1. *Com relação aos aspectos qualitativos.*

7.3.1.1. Após o término de cada período mensal, entre o 1º e o 2º dia útil do mês subsequente ao que findou, o Fiscal do Contrato realizará a avaliação da prestação dos serviços preenchendo a Ficha de Avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) resultando na elaboração do documento Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados que será encaminhado ao Contratado para ciência até o 4º dia útil do mês em curso e que indicará, se for o caso, a retenção ou glosa a ser aplicada no faturamento mensal do Contratado.

7.3.2. *Com relação aos aspectos quantitativos, as medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:*

7.3.2.1. *No primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, o Contratado entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais dos serviços prestados e os respectivos valores apurados.*

7.3.2.2. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente realizados, aplicando-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

b) Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos no **Anexo VIII** deste Termo de Referência; e



c) No final de cada mês de apuração, o Fiscal Técnico do Contrato, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) gerado no período, irá consolidar a avaliação de desempenho do Contratado frente ao contrato firmado para apurar o percentual de liberação da fatura correspondente àquele mês.

7.3.2.3. O Fiscal Técnico do Contrato, encaminhará ao Gestor do Contrato toda documentação e este solicitará ao Contratado, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

7.3.2.4. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, O Gestor do Contrato atestará a medição mensal, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando ao Contratado o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

### ***Do recebimento***

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

*7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.*

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.16.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a Contratante;

7.23.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24.A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.30.No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.31.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. A Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33.2. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### *Forma de seleção e critério de julgamento da proposta*

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, devendo as propostas serem apresentadas por item (Modelo Anexo III).

8.1.1. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item inviabilizaria a licitação uma vez que o objeto é de natureza única, composto por módulos interdependentes entre si, sendo tecnicamente inviável a subdivisão em itens. O fracionamento do objeto poderia afetar a integridade do objeto pela ausência de qualquer componente essencial impossibilitando a realização dos procedimentos cirúrgicos ora tratados, conforme justificativa que consta do Estudo Técnico Preliminar (ETP) ora transcrita resumidamente.

### *Regime de Execução*

8.2. Execução indireta sob o regime de empreitada por preço global, pois em razão das características do objeto não é possível precisar com exatidão os quantitativos a serem executados. Assim, a Administração somente pagará pelas unidades dos serviços efetivamente prestados e medidos.

### Garantia de Proposta (art. 58 da lei Federal nº 14.133/2021)

8.3. Nos termos do artigo 58 da Lei federal nº 14.133/2021, será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação de prestação de garantia no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), à título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

8.3.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

8.3.2. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

8.3.3. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### Justificativa:

A exigência da garantia de proposta tem como base as diretrizes do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual não será anexado a este Termo de Referência para preservar o sigilo do valor estimado da contratação. Assim, seguem abaixo os principais excertos do referido documento.

“A exigência de garantia de proposta está em conformidade com a previsão expressa no artigo 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 cujos fundamentos foram estritamente observados e visa proteger o interesse público assegurando que o contrato seja firmado após a homologação da licitação e afastar participantes sem capacidade financeira compatível que poderiam tumultuar o procedimento licitatório. Ressalta-se, ainda, que o valor fixado de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ainda que incida sobre o valor estimado da contratação, mostra-se plenamente viável diante do vulto da contratação e não afeta significativamente a capacidade financeira do licitante, considerando que não é obrigatório o depósito em dinheiro. Os licitantes podem optar por outras modalidades com impacto financeiro mínimo no seu fluxo de caixa. Diante do exposto, conclui-se que a exigência de apresentação de garantia de proposta mostra-se compatível com os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e competitividade”.

### *Exigências de habilitação*

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### *Habilitação Jurídica*

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.09. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. *Autorização de Funcionamento (AFE) para o exercício da atividade de fabricação, distribuição, comercialização ou importação de produtos para saúde, expedido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos termos da RDC nº 16/2014 ou comprovação que se enquadra em alguma das isenções de AFE previstas na mesma Resolução.*

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### *Habilitação fiscal, social e trabalhista*

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### *Qualificação Econômico-Financeira*

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.20.1. Empresas em recuperação judicial será exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em vigor, de acordo com a Súmula Nº 50 do TCESP.

8.21. *Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

*a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*

*b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;*

*c) Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*

8.21.1. *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.*

8.21.2. *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

8.21.3. *Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.*

8.22. *O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

#### Justificativa

A exigência simultânea da comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação e de comprovação de índices que atestem a boa situação financeira do licitante, ambos previstos no artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, não frustra o caráter competitivo da licitação e é compatível com os princípios da legalidade e proporcionalidade, vez que os índices financeiros tem a finalidade de aferir a capacidade financeira imediata do licitante e o patrimônio líquido demonstra a solvência e a sustentabilidade futura do licitante.

Assim, considerando que o licitante vencedor necessita dispor de lastro imediato para arcar com os custos dos investimentos iniciais e despesas outras que serão compensadas por meio dos faturamentos e respectivos pagamentos dos serviços prestados e, ainda, que no decorrer do contrato, se esse se estender pelo tempo previsto, o futuro contratado está obrigado a realizar novos aportes de capital em razão da necessária atualização tecnológica e dos desgastes naturais dos equipamentos e/ou instrumentais.

Com a simultaneidade das exigências, índices e patrimônio, pode-se aferir não só a capacidade financeira de quitar dívidas de curto prazo como a sustentabilidade futura do licitante. Um licitante pode apresentar bons índices, mas possuir uma estrutura de capital muito frágil de forma que qualquer imprevisto comprometa a execução regular do Contrato.

Por fim, note-se que o TCU no Acórdão 1214/2021-Plenário, reforça que a exigência concomitante de patrimônio líquido não se embasa em possível na falha dos índices contábeis, mas sim na garantia de maior solidez e confiabilidade na aptidão econômica do futuro contratado.

#### Qualificação Técnica

8.23. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;*

8.23.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;*

8.24. *O licitante deverá apresentar declaração formal de compromisso que no ato da assinatura do contrato apresentará a prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA, em plena validade.*

8.24.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.24.2. Caso o licitante opte pela subcontratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, deverá apresentar declaração formal de compromisso que no ato da assinatura do contrato apresentará o registro ou Inscrição da subcontratada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA, em plena validade.

8.25. Prova de atendimento aos requisitos, previstos em Lei, tais como:

a) Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) do licitante expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, nos termos da Lei Federal nº 6.360/1976 e Decreto Federal nº 8.077/2013.

b) Autorização de Funcionamento do licitante (AFE) expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, nos termos dos artigos 3º e 4º da RDC nº 16/2014.

c) Com relação ao transporte de equipamentos de vídeo endoscopia e instrumentais cirúrgicos: declaração do licitante, firmada por seu representante legal, que apresentará ao Gestor do Contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data da assinatura do Contrato, Autorização de Funcionamento (AFE) emitida pela ANVISA, ativa e válida e a Licença Sanitária (Alvará) emitida pela Vigilância Sanitária Municipal da sede da sua empresa, caso a própria empresa realize o transporte, ou da empresa por ele contratada para realizar o transporte, ambas ativas e válidas, sendo aceitos protocolos de renovação (RDC nº 16/2014).

#### Qualificação Técnico-Operacional

Justificativa:

Ainda que o objeto a ser licitado possa ser caracterizado como serviços de natureza comum ele exige capacitação técnica específica, adequação logística, bem como questões de aspecto regulatório. Desta forma, é essencial que o licitante comprove que é capaz de cumprir com a entrega do quantitativo e qualitativo do objeto exigidos neste Termo de Referência, nos prazos estabelecidos, apresentando para tanto certidões ou atestado que comprovem que já executou atividades equivalentes ao objeto ora licitado, cabendo lembrar que, atividades equivalentes ou similares não significa idêntica e sim pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos.

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de atividades similares serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.26.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços similares ao objeto da licitação de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da licitação, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

8.26.1.2. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do fornecimento de equipamentos hospitalares similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerada a parcela de maior relevância do objeto da Licitação, nas modalidades de locação, comodato ou venda.

8.26.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.26.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;

8.26.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.27. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

8.28. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema.

#### *Qualificação Técnico-Profissional*

8.29. Apresentação do(s) profissional (is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes.

8.29.1. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.29.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado;

8.29.3. Deve o licitante apresentar relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado na subdivisão anterior;

8.29.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

#### *Outras comprovações*

8.30. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Diante das disposições contidas no inciso VI, do artigo 5º do Decreto Estadual n.º 68.017/23 e, considerando entendimentos da Procuradoria Geral do Estado, optamos para a preservação dos sigilo, ou seja, os preços referenciais não constarão dos autos, nem serão objetos de divulgação antes que se instaure a fase de lances, a fim de não frustrar a negociação entre o pregoeiro e o licitante que houver apresentado o melhor preço.]*

## **10. Adequação orçamentária**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: XXXXXXXXXXXX;

II) Fonte de Recursos: XXXXXXXXX;

III) Programa de Trabalho: XXXXXXXX;

IV) Elemento de Despesa: XXXXXXXX;

V) Plano Interno: XXXXXX.



10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ULISSES INACIO DA SILVA JUNIOR**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 11:58:19.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 05-05-26-ANEXO II.pdf (204.51 KB)
- Anexo II - 5-5-26-ANEXO III.pdf (207.55 KB)
- Anexo III - ANEXO IV (2).pdf (229.61 KB)
- Anexo IV - ANEXO V (1).pdf (62.44 KB)
- Anexo V - ANEXO VI (1).pdf (73.8 KB)

**ANEXO II**  
**ESPECIFICAÇÕES/ QUANTIDADES**

<b>Locação de 17 (dezessete) Equipamentos de Vídeo Endoscopia</b>						
Item	Especificação	Unidade/ medida	Qdade.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	Equipamentos de vídeo endoscopia - Sistema portátil integrado.	unidade	07	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
02	Equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica da alta resolução Full-HD.	unidade	10	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
Total/mês						
Total/ 15 meses (1)						

<b>Locação de 66 (sessenta e seis) Instrumentais Cirúrgicos (kits ou bandejas)</b>						
Item	Especificação	Unidade/ medida	Qdade.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	<u>Ginecologia</u> -kits ou bandejas (Vide Observação)		06			

		unidade.		<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
	<u>Ginecologia</u> - Complemento-Kits ou bandejas		02			
02	<u>Urologia</u> - Kits ou bandejas	unidade	06	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
03	Microcirurgia de Laringe-Kits ou bandejas	unidade	02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
03.1	Laringoscópios de Suspensão-Kits ou conjuntos		02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
03.2	Nasosinusal- Kits ou bandejas		02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
03.3	Cirurgia de otologia-Kit ou bandeja		01	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
04	Cirurgia Abdominal/Torácica-Kits ou bandejas	unidade	20	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
05	Cirurgia Avançada-Kits ou bandejas	unidade	03	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
06	Neurocirurgia- Kit ou bandeja	unidade	01	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
07	Cirurgia Pediátrica-Kits ou bandejas	unidade	02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>

08	Urologia Pediátrica – Kits ou bandejas	unidade	02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
09	Coloproctologia Pediátrica – Kit ou bandeja para Fístula Anal e Cisto Pilonidal	unidade	01	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
10	Anestesiologia – Kit ou Bandeja para via aérea difícil	unidade	01	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
11	Ginecologia (vídeo endoscopia) - Kits ou bandejas	unidade	06	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
12	Urologia-Kits ou bandejas para vídeo endoscopia rígida	unidade	02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
12.1.	Urologia- Kits ou bandejas para vídeo endoscopia flexível		03	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
13	Cirurgia de cabeça, pescoço e otorrinolaringologia-Kit ou bandeja	unidade	01	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
14	Coloproctologia- Kits ou bandejas para videorretossigmoidoscopia, rígida, adulto	unidade	02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
14.1.	Coloproctologia- Kits ou bandejas para videorretossigmoidoscopia, rígida, infantil		01	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>

Total/mês		
Total/ 15 meses (2)		

Locação de 02 (duas) Autoclaves						
Item	Especificação	Unidade/ medida	Qdade.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	Novas, 1º uso, móveis, com tecnologias diversas (gravitacional, vácuo e/ou câmara simples/tradicional) mínimo de 4 (quatro) ciclos de esterilização sendo a esterilização rápida, com ciclo máximo de 30 minutos, capacidade mínima de 5 litros/ 1 kg ou maior, com os insumos necessários para o perfeito funcionamento (integradores, cliques biológicos e secantes).	unidade	02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
Total/Mês						
Total/15 Meses (3)						

Locação de 10 (dez) Nobreaks						
Item	Especificação	Unidade/ medida	Qdade.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	Nobreak senoidal, novos, 1º uso, com 1 hora de autonomia, com entrada bivolt automática (100-240V).	unidade	10	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
Total/Mês						
Total/15 Meses (4)						

Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos locados com aplicação de peças, materiais, insumos, acessórios e componentes					
Item	Especificação	Unidade/ medida	Qdade.	Valor/mensal.	Total (15 meses)
01	Manutenção preventiva e corretiva em equipamentos vídeo endoscópicos, autoclaves, nobreaks e instrumentais cirúrgicos	Mês	15	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
Total/Mês					

Total/ 15 Meses (5)	
---------------------	--

**Postos de Profissionais Especializados para manutenção, processamento dos instrumentais cirúrgicos e dos equipamentos, instrumentação cirúrgica e treinamento dos servidores da Contratante, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.**

--

Item	Especificação/Escala	Unidade/medida	Qtde.	valor mensal	valor total (15 meses)
01	Postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, de instrumentadores cirúrgicos com formação de técnico de videoendoscopia;	Posto	07	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
02	Postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia	Posto	02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
03	Postos de 12 horas, diurno, sábado e domingo, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de	Posto	02	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>



	enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia				
04	Posto de 12 horas, noturno, de Segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de vídeo endoscopia	Posto	01	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
05	Posto de 6 horas, de Segunda a domingo, das 16h às 22h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de vídeo endoscopia	Posto	01	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>
Total/Mês					
Total/15 Meses (6)					

Posto de Supervisor de segunda-feira a domingo, inclusive feriados					
Item	Especificação/Escala	Unidade/medida	Qdade	valor mensal	valor total (15 meses)
01	Posto de 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a				

	domingo, das 7h00 às 19h00, com formação de nível superior em enfermagem	Posto	01	<b>Sigiloso</b>	<b>Sigiloso</b>	
Total/Mês						
Total/15 Meses (1)						

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>Locação de 17 (dezessete) Equipamentos de Vídeo Endoscopia</b>							
Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Unidade/ medida	Qtde.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	Equipamentos de vídeo endoscopia - Sistema portátil integrado.		unidade	07			
02	Equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica da alta resolução Full-HD.		unidade	10			
Total/mês							
Total/ 15 meses (1)							

<b>Locação de 66 (sessenta e seis) Instrumentais Cirúrgicos (kits ou bandejas)</b>								
Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Unidade/ medida	Qtde..	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)	

Centro Cirúrgico							
01	<u>Ginecologia</u> -kits ou bandejas		unidade.	06			
	<u>Ginecologia</u> - -Complemento-Kits ou bandejas (Vide Observação)			02			
02	<u>Urologia</u> - Kits ou bandejas		unidade	06			
03	Microcirurgia de Laringe-Kits ou bandejas		unidade	02			
03.1	Laringoscópios de Suspensão-Kits ou conjuntos			02			
03.2	Nasosinusal- Kits ou bandejas			02			
03.3	Cirurgia de otologia-Kit ou bandeja			01			
04	Cirurgia Abdominal/Torácica-Kits ou bandejas		unidade	20			
05	Cirurgia Avançada-Kits ou bandejas		unidade	03			
06	Neurocirurgia- Kit ou bandeja		unidade	01			

07	Cirurgia Pediátrica- Kits ou bandejas		unidade	02			
08	Urologia Pediátrica – Kits ou bandejas		unidade	02			
09	Coloproctologia Pediátrica – Kit ou bandeja para Fístula Anal e Cisto Pilonidal		unidade	01			
10	Anestesiologia – Kit ou Bandeja para via aérea difícil		unidade	01			
<b>Ambulatório</b>							
11	Ginecologia (vídeo endoscopia) - Kits ou bandejas		unidade	06			
12	Urologia-Kits ou bandejas para vídeo endoscopia rígida		unidade	02			
12.1.	Urologia- Kits ou bandejas para vídeo endoscopia flexível			03			
13	Cirurgia de cabeça, pescoço e otorrinolaringologia-Kit ou bandeja		unidade	01			
14	Coloproctologia- Kits ou bandejas para videorretossigmoidoscopia, rígida, adulto		unidade	02			

14.1.	Coloproctologia- Kits ou bandejas para videorretossigmoidoscopia, rígida, infantil			01			
Total/mês							
Total/ 15 meses (1)							

Locação de 02 (duas) Autoclaves							
Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Unidade/ medida	Qtde.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	Novas, 1º uso, móveis, com tecnologias diversas (gravitacional, vácuo e/ou câmara simples/tradicional) mínimo de 4 (quatro) ciclos de esterilização sendo a esterilização rápida, com ciclo máximo de 30 minutos, capacidade mínima de 5 litros/ 1 kg ou maior, com os insumos necessários para o perfeito funcionamento (integradores, cliques biológicos e secantes)		unidade	02			
Total/Mês							

Total/15 Meses (3)		
--------------------	--	--

Locação de 10 (dez) Nobreaks							
Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Unidade/ medida	Qtde.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	Nobreak senoidal, novos, 1º uso, com 1 hora de autonomia, com entrada bivolt automática (100-240V).		unidade	10			
Total/Mês							
Total/15 Meses (4)							

Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos locados com aplicação de peças, materiais, insumos, acessórios e componentes					
Item	Especificação	Unidade/ medida	Qtde.	Valor/mensal.	Total (15 meses)
01	Manutenção preventiva e corretiva em equipamentos vídeo endoscópicos, autoclaves, nobreak e instrumentais cirúrgicos	Mês	15		

Total/Mês		
Total/15 Meses (5)		

<b>Postos de Profissionais Especializados para manutenção, processamento dos instrumentais cirúrgicos e dos equipamentos, instrumentação cirúrgica e treinamento dos servidores da Contratante, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.</b>					
Item	Especificação/Escala	Unidade/medida	Qtde.	valor mensal	valor total (15 meses)
01	Postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, de instrumentadores cirúrgicos com formação de técnico de videoendoscopia	Posto	07		
02	Postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia	Posto	02		
03	Postos de 12 horas, diurno, sábado e domingo, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia	Posto	02		



04	Posto de 12 horas, noturno, de Segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia	Posto	01		
05	Posto de 6 horas, de Segunda a domingo, das 16h às 22h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia	Posto	01		
Total/Mês					
Total/15 Meses (6)					

Posto de Supervisor de segunda-feira a domingo, inclusive feriados					
Item	Especificação/Escala	Unidade/medida	Qtde.	valor mensal	valor total (15 meses)
01	Posto de 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, das 7h00 às 19h00, com formação de nível superior em enfermagem	Posto	01		
Total/Mês					

Total/15 Meses (7)		
<b>TOTAL GERAL DA PROPOSTA</b>		
Valor Mensal da Proposta (1+2+3+4+5+6+7)	R\$	
Valor Total da Proposta (15 Meses)	R\$	

**Valor total da proposta: valor por extenso em reais**

**Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.**

**Dados Bancários: Banco do Brasil - Conta Ativa**

1. Condições a serem observadas para o correto dimensionamento da Proposta a ser apresentada:

1.1. Embora o critério de julgamento do certame seja o menor preço global o fornecedor deverá detalhar em sua Proposta o Preço Unitário de cada Item de Serviço que compõe a contratação.

1.2. No valor da proposta deverão estar contemplados todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto da futura contratação, inclusive todos os custos com materiais, insumos, peças, acessórios, reposição de equipamento e/ou componente e/ou instrumental cirúrgico que sofrer avaria irreversível, manutenção preventiva e corretiva, transporte de qualquer natureza, salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas de todo pessoal do Contratado, como também uniformes, EPI's, materiais empregados, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Contratado das futuras obrigações a serem assumidas.

1.3. A instalação, calibração e aferição dos equipamentos é de responsabilidade do Contratado, sem ônus para a Contratante, e deverá ser realizada de acordo com o disposto no Manual registrado na ANVISA.

1.4. Qualquer equipamento e/ou componente e/ou instrumental cirúrgico que sofrer avaria irreversível deverá ser substituído a expensas do Contratado, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) contado da data de comunicação pela Contratante.

1.5. A lista dos custos acima não é exaustiva deverá ser considerado todo e qualquer custo decorrente da execução do futuro contrato.

1.6. A Proposta de Preços deverá ser acompanhada de Planilha(s) de Composição de Custos e Formação de Preços, contemplando, inclusive, os custos com mão de obra, com a indicação do Sindicato da Categoria, uma vez que a prestação de serviços objeto do presente processo envolve a contratação de mão de obra com regime de dedicação exclusiva e será de suma importância à época da repactuação (reajuste) dos preços inicialmente ajustados.

1.7. Não serão aceitas propostas de fornecimento cuja embalagem apresente quantidade diversa da apresentação do produto registrado na Agência Nacional de vigilância Sanitária – ANVISA.

1.8. As características dos equipamentos e/ou materiais cirúrgicos ofertados devem guardar compatibilidade com as especificações ora exigidas que possam ser comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelos fabricantes, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas. As especificações e/ou materiais informativos devem estar em português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.

**ANEXO IV**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

1. A Contratante, por intermédio do Fiscal Técnico, realizará mensalmente avaliação da prestação dos serviços utilizando o Instrumento de Medição de Resultado - IMR tendo por objetivo avaliar, definir e padronizar o desempenho e a qualidade dos serviços prestados que refletirá diretamente na aferição do valor a ser pago mensalmente ao Contratado.
2. A ferramenta de avaliação (IMR) está vinculada aos serviços prestados pelo Contratado descritos no Termo de Referência, devendo ser efetuada mensalmente pelo Fiscal Técnico do contrato, de forma a gerar o Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados que embasará os valores a serem faturados mensalmente, com aplicação ou não do fator redutor para os valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios;
3. Os serviços serão avaliados conforme descrito neste item por meio dos parâmetros estabelecidos na Ficha De Avaliação Do Instrumento De Medição De Resultado - IMR que é parte integrante deste Anexo e do Termo de Referência, constando nela os procedimentos/critérios de avaliação.
4. Serão adotados os seguintes critérios e percentuais para pagamento, resultado da avaliação em relação à pontuação obtida, conforme consta na Ficha De Avaliação:
  - 4.1. Maior ou igual a 12 pontos - será considerado 100% (cem por cento)
  - 4.2. de 11 pontos - será considerado 97% (noventa e sete por cento)
  - 4.3. de 10 pontos - será considerado 94% (noventa e quatro por cento)
  - 4.4. de 09 pontos - será considerado 90% (noventa por cento)
  - 4.5. de 08 pontos ou menor - será considerado 85% (oitenta e cinco por cento)
5. A aplicação da avaliação, por si só, não constitui em aplicação de penalidade ao Contratado, e sim uma ferramenta de avaliação do nível da qualidade da prestação dos serviços efetivamente executados.
  - 5.1. As penalidades e os critérios de aplicação das mesmas seguirão o estabelecido nas cláusulas contratuais.

6. Caso o Contratado não concorde com a pontuação obtida como resultado de uma avaliação e porventura recusar-se a assinar a respectiva Ficha de Avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), esta será preenchida e assinada por duas testemunhas da Contratante.

6.1. O Contratado receberá uma cópia da Ficha de Avaliação, tendo 05 (cinco) dias úteis para prestar os esclarecimentos necessários com a juntada da documentação que julgar pertinente.

6.2. O Gestor do contrato avaliará as justificativas apresentadas pelo Contratado, se posicionando pelo aceite ou não, por escrito e encaminhando ao Contratado, quando então concluirá a avaliação e a pontuação final.

7. Quando o resultado da avaliação se apresentar menor ou igual a 07 (sete) ou se alguma falha proporcionar suspensão de qualquer procedimento agendado, será considerada Falta Grave, devendo o Contratado apresentar justificativa por escrito no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sendo que a não apresentação da justificativa acarretará aplicação das penalidades contratuais previstas.

8. Os critérios de avaliação dos serviços prestados pelo Contratado obedecerão aos seguintes parâmetros:

#### 8.1. Equipamentos

8.1.1. 02 (dois) pontos (SIM), equipamentos em total condição de uso e operação durante 81% (oitenta e um por cento) a 100% (cem por cento) dos dias do mês,

8.1.2. 01 (um) ponto (PARCIAL), equipamentos em total condição de uso e operação durante 60% (sessenta por cento) a 80% (oitenta por cento) dos dias do mês;

8.1.3. Pontuação 0 (zero) (NÃO), equipamentos em total condição de uso e operação em tempo inferior a 60% (sessenta por cento) dos dias do mês.

8.1.4. Para fins de contagem dos dias de funcionamento será excluído como NÃO (funcionamento) o prazo de 24h (vinte e quatro horas).

#### 8.2. Instrumentais Cirúrgicos (Bandejas ou kits)

8.2.1. 02 (dois) pontos (SIM), manter todas as bandejas ou kits completos durante 71% (setenta e um por cento) a 100% (cem por cento) dos dias do mês; (item 6.2. do TR original);

8.2.2. 01 (um) ponto (PARCIAL), manter todas as bandejas ou kits completos durante 50% (cinquenta por cento) a 70% (setenta por cento) dos dias do mês; (item 6.2. do TR original);

8.2.3. Pontuação 0 (zero) (NÃO), manter todas as bandejas ou kits completos em tempo inferior a 50% (cinquenta por cento) dos dias do mês;

### 8.3. Limpeza e/ou desinfecção

8.3.1. Em cenário onde a limpeza e/ou desinfecção de 01 (um) equipamento ou 01 (uma) bandeja ou kit não foi realizada, por ação única e exclusiva do Contratado será considerada a pontuação 0 (zero) (NÃO).

### 8.4. Procedimentos

8.4.1. Em cenário onde 01 (um) procedimento deixou de ser realizado no horário estabelecido pela Contratante, por ação única e exclusiva do Contratado será considerada a pontuação 0 (zero) (NÃO).

8.4.2. Em cenário onde a não realização do procedimento foi ocasionada por intercorrência clínica do paciente, devidamente registrada em prontuário.

8.4.2.1. 01 (um) ponto (SIM);

### 8.5. Postos de Profissionais (Equipe Técnica)

8.5.1. Em cenário onde 01 (um) membro da equipe técnica deixar de portar crachá de identificação será considerada a pontuação 0 (zero) (NÃO).

8.5.2. Em cenário onde se verificar a ausência da utilização de EPI's por 01 (um) membro da equipe técnica será considerada a pontuação 0 (zero) (NÃO).

8.5.3. 03 (três) pontos (SIM) a equipe técnica do Contratado deverá atuar de forma que os níveis de serviço estabelecidos em contrato sejam atingidos em 91% (noventa e um por cento) a 100% (cem por cento) dos procedimentos realizados no mês;

8.5.4. 01 (um) ponto (PARCIAL) a equipe técnica do Contratado deverá atuar de forma que os níveis de serviço estabelecidos em contrato sejam atingidos em 90% (noventa por cento) a 80% (oitenta por cento) dos procedimentos realizados no mês;

8.5.5. 0 (zero) ponto (NÃO) se a equipe técnica do Contratado atuar de forma que os níveis de serviço estabelecidos em contrato sejam atingidos em número inferior a 80% (oitenta por cento) dos procedimentos realizados no mês.

8.5.6. 02 (dois) pontos (SIM) a equipe técnica do Contratado cumpriu os horários pré-estabelecidos em contrato em 91% (noventa e um por cento) a 100% (cem por cento) dos procedimentos realizados no mês;

8.5.7. 01 (um) ponto (PARCIAL) a equipe técnica do Contratado cumpriu os horários pré-estabelecidos em 90% (noventa por cento) a 80% (oitenta por cento) dos procedimentos realizados no mês;

8.5.8. 0 (zero) ponto (NÃO) a equipe técnica do Contratado cumpriu os horários pré-estabelecidos em contrato em número inferior a 80% (oitenta por cento) dos procedimentos realizados no mês.

Nos casos em que os serviços forem avaliados como “NÃO” ou o resultado da Avaliação de Nível de Serviço resultar em valor menor ou igual a 7 (sete) a não conformidade será classificada como grave, e o Contratado terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado da data de ciência da avaliação, para apresentar justificativa a Contratante, por intermédio do Gestor de Contrato, que apreciará os argumentos e decidirá pela aceitação ou não da justificativa, com o devido embasamento da decisão.

A rejeição da justificativa apresentada ou a não apresentação de justificativa pelo Contratado implicará no início imediato do processo de apuração e, se o for o caso, aplicação das sanções previstas nas Cláusulas específicas do Contrato.

A Avaliação do Instrumento de Medição de Resultado - IMR deverá ser datada e assinada pelo Fiscal Técnico do Contrato, pelo Gestor do Contrato e pelo Preposto do Contratado. Se o Preposto do Contratado recusar a assinar o referido documento este será firmado pelo Fiscal Técnico do Contrato, pelo Gestor do Contrato e duas testemunhas da Contratante que validarão a avaliação realizada, bem como que o Preposto do Contratado foi devidamente notificado.

ITEM	PROCEDIMENTO/EQUIPAMENTO/BANDEJAS/KITS	SIM	PARCIAL	NÃO	TOTAL
8.1	Equipamento em pleno funcionamento. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.2	Bandejas/kits contendo todos os componentes exigidos. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.3	Equipamentos e Bandejas/kits limpos/desinfetados. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.4	Procedimento realizado no horário e no tempo previsto. SIM – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.4.2.	Preencher se a resposta ao item acima (8.4) for NÃO e o procedimento não foi realizado por intercorrência clínica do paciente devidamente registrada em prontuário – 01 ponto				
SUBTOTAL (1) - MÁXIMO DE PONTOS = 08 (OITO)					
ITEM	POSTOS DE PROFISSIONAL (EQUIPE TÉCNICA)	SIM	PARCIAL	NÃO	TOTAL
8.5.1	Identificada e portando crachá. SIM – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.5.2	Utilizando os EPI's ativamente no ambiente de trabalho. SIM – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.5.3 a 8.5.5	Desempenho adequado das suas funções. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.5.6.	Cumprimento dos horários pré-estabelecidos. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
SUBTOTAL (2) - MÁXIMO DE PONTOS = 06 (SEIS)					

ITEM	TOTAL DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO	SIM	NÃO
	Houve intercorrência dos profissionais (equipe técnica) e/ou dos		



01	equipamentos e/ou dos instrumentais cirúrgicos que impediu a realização de qualquer tipo de procedimento. -Se a resposta for “SIM”, notificar o Contrato por falta grave. -Aplicação de penalidades conforme previsto em contrato.		
----	--	--	--

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA GLOSA DA FATURA			
RESULTADO		Data ____/____/____	
Liberação Total da fatura		Nota Maior ou Igual a 12 pontos	
Liberação de 97% da fatura		Nota 11 pontos	
Liberação de 94% da fatura		Nota 10 pontos	
Liberação de 90% da fatura		Nota 9 pontos	
Liberação de 85% da fatura		Nota entre 08 pontos ou menor	
Assinatura do Fiscal Técnico do Contrato			
Assinatura do Gestor do Contrato			
Assinatura do Preposto do Contratado			

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS			Data: ____/____/____
Contrato Administrativo	Nº		
Contratado			
Objeto:			
Gerência Responsável			
Período Avaliado	De ____/____/____ a ____/____/____.		
Resultado Apurado	Nota		
Liberação da Fatura	_____% (____por cento)		
Fiscal Técnico do Contrato			
Gestor do Contrato			
Preposto do Contratado			

**ANEXO V**  
**(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

AO

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2026

Processo SEI nº \_\_\_\_\_.

Prezados(as) Senhores(as),

Pela presente, [Nome completo da Empresa Licitante], inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em [Endereço completo, incluindo CEP], neste ato representada legalmente pelo(a) Sr.(a) [Nome completo do Representante Legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

1. Optamos por não realizar a vistoria técnica ao local de execução do objeto da licitação acima referenciada.
2. Temos pleno e integral conhecimento de todas as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, equipamentos e locais onde o objeto será executado, tendo acesso a todas as informações necessárias por meio do Edital e seus Anexos.
3. Assumimos total e exclusiva responsabilidade por quaisquer ônus, prejuízos ou dificuldades que possam surgir durante a execução do contrato, decorrentes da decisão de não vistoriar o local.
4. Comprometemo-nos a não pleitear, sob nenhuma hipótese (incluindo alegação de desconhecimento de fatos, condições ou detalhes), quaisquer modificações nos preços, prazos ou condições contratuais, nem reivindicar benefícios financeiros ou alterações no cronograma em função da ausência da vistoria.
5. Firmamos a presente declaração cientes das penalidades administrativas, civis e criminais aplicáveis a informações inverídicas, e em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

Atenciosamente,

Nome da Empresa Licitante:

CNPJ/MF nº:

Nome do Representante Legal:

Cargo/Função:

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA FABRICANTE)**

**AO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE**

Assunto: Carta de Solidariedade – Pregão nº

Objeto da Licitação: \_\_\_\_\_

Prezados(as) Senhores(as),

Pelo presente, (razão social do fabricante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em (Endereço Completo), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) [Nome(s) e Qualificação do(s) Representante(s) Legal(is)], vem, por meio desta, declarar sua solidariedade a empresa (Nome Completo da Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de atendimento às exigências do Pregão nº \_\_\_\_\_.

Confirmamos que os produtos ofertados pela licitante acima mencionada, especificamente os equipamentos de vídeo endoscopia e os instrumentais cirúrgicos (Descrever Detalhadamente do(s) Produto(s) Objeto da Licitação), são de nossa fabricação e que, caso a proposta da (Nome da Empresa Licitante) seja a vencedora, nos comprometemos solidariamente a:

1. Prestar assistência técnica e garantia contra quaisquer defeitos de fabricação dos equipamentos e/ou instrumentais cirúrgicos pelo prazo de 12 (doze) meses, além do prazo previsto no Código de Defesa do Consumidor e as especificações dos produtos (Descrever Detalhadamente os produtos objeto da Licitação), substituindo, imediatamente, qualquer equipamento e/ou instrumental cirúrgico que apresente incompatibilidade no momento dos testes e/ou da utilização nos procedimentos.
2. Fornecer peças de reposição originais, manutenção e suporte técnico especializado durante todo o período contratual e de garantia, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital.
3. Assegurar a originalidade, qualidade e conformidade dos produtos (homologados de acordo com a legislação vigente) com as normas técnicas e especificações exigidas pela Administração.
4. Assegurar que os equipamentos de vídeo endoscopia e os instrumentais cirúrgicos foram projetados para uso conjunto e que a garantia cobre o funcionamento do sistema completo.
5. Garantir a disponibilidade de peças de reposição originais por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o fim da fabricação.

6. Colaborar com o licitante para o integral cumprimento das obrigações contratuais assumidas perante este órgão, dentro de nossas atribuições como fabricante.

A presente carta tem validade enquanto perdurar a vigência do contrato decorrente da licitação acima referida e será válida a partir desta data.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Local, Data.

Assinatura do Representante Legal do Fabricante (assinatura digital padrão ICP-Brasil ou firma reconhecida)

Nome Completo do Representante

Cargo/Função

Razão Social do Fabricante

**ANEXO V**  
**(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**  
**TÉCNICA**

AO

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2026

Processo SEI nº \_\_\_\_\_.

Prezados(as) Senhores(as),

Pela presente, [Nome completo da Empresa Licitante], inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em [Endereço completo, incluindo CEP], neste ato representada legalmente pelo(a) Sr.(a) [Nome completo do Representante Legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

1. Optamos por não realizar a vistoria técnica local de execução do objeto da licitação acima referenciada.
2. Temos pleno e integral conhecimento de todas as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, equipamentos e locais onde o objeto será executado, tendo acesso a todas as informações necessárias por meio do Edital e seus Anexos.
3. Assumimos total e exclusiva responsabilidade por quaisquer ônus, prejuízos ou dificuldades que possam surgir durante a execução do contrato, decorrentes da decisão de não vistoriar o local.
4. Comprometemo-nos a não pleitear, sob nenhuma hipótese (incluindo alegação de desconhecimento de fatos, condições ou detalhes), quaisquer modificações nos preços, prazos ou condições contratuais, nem reivindicar benefícios financeiros ou alterações no cronograma em função da ausência da vistoria.
5. Firmamos a presente declaração cientes das penalidades administrativas, civis e criminais aplicáveis a informações inverídicas, e em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

Atenciosamente,

Nome da Empresa Licitante:

CNPJ/MF nº:

Nome do Representante Legal:

Cargo/Função:

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA FABRICANTE)**

**AO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE**

Assunto: Carta de Solidariedade – Pregão nº

Objeto da Licitação: \_\_\_\_\_

Prezados(as) Senhores(as),

Pelo presente, (razão social do fabricante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em (Endereço Completo), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) [Nome(s) e Qualificação do(s) Representante(s) Legal(is)], vem, por meio desta, declarar sua solidariedade a empresa (Nome Completo da Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de atendimento às exigências do Pregão nº \_\_\_\_\_.

Confirmamos que os produtos ofertados pela licitante acima mencionada, especificamente os equipamentos de vídeo endoscopia e os instrumentais cirúrgicos (Descrever Detalhadamente do(s) Produto(s) Objeto da Licitação), são de nossa fabricação e que, caso a proposta da (Nome da Empresa Licitante) seja a vencedora, nos comprometemos solidariamente a:

1. Prestar assistência técnica e garantia contra quaisquer defeitos de fabricação dos equipamentos e/ou instrumentais cirúrgicos pelo prazo de 12 (doze) meses, além do prazo previsto no Código de Defesa do Consumidor e as especificações dos produtos (Descrever Detalhadamente os produtos objeto da Licitação), substituindo, imediatamente, qualquer equipamento e/ou instrumental cirúrgico que apresente incompatibilidade no momento dos testes e/ou da utilização nos procedimentos.
2. Fornecer peças de reposição originais, manutenção e suporte técnico especializado durante todo o período contratual e de garantia, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital.
3. Assegurar a originalidade, qualidade e conformidade dos produtos (homologados de acordo com a legislação vigente) com as normas técnicas e especificações exigidas pela Administração.
4. Assegurar que os equipamentos de vídeo endoscopia e os instrumentais cirúrgicos foram projetados para uso conjunto e que a garantia cobre o funcionamento do sistema completo.
5. Garantir a disponibilidade de peças de reposição originais por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o fim da fabricação.

6. Colaborar com o licitante para o integral cumprimento das obrigações contratuais assumidas perante este órgão, dentro de nossas atribuições como fabricante.

A presente carta tem validade enquanto perdurar a vigência do contrato decorrente da licitação acima referida e será válida a partir desta data.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Local, Data.

Assinatura do Representante Legal do Fabricante (assinatura digital padrão ICP-Brasil ou firma reconhecida)

Nome Completo do Representante

Cargo/Função

Razão Social do Fabricante



## ANEXO II

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo SEI nº 147.00023133/2025-38)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº...../.... CELEBRADO  
ENTRE o INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO  
SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE,  
E .....  
.....

O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE, com sede na Avenida Ibirapuera nº981, bairro de Vila Clementino, município de São Paulo-SP – CEP.4029-000, inscrita no CNPJ sob o nº60.747.318/0001-62, neste ato representado pela Senhora Presidente **MARIA DAS GRAÇAS BIGAL BARBOZA DA SILVA**, no uso da competência conferida pelo Decreto nº70.378, de 13 de fevereiro de 2026, inscrita no CPF sob o nº**843.078.038-68** e RG sob o nº **6.571.985-2**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro de \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_ – CEP nº \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada(o) pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, sócio(a)-administrador(a), inscrito/a no CPF nº \_\_\_\_\_ e portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa prestadora de serviços ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo SEI nº147.00000023133/2025-38** e em observância às disposições da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nºxx/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços contínuos de locação de equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica, reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, completos; de equipamentos de vídeo endoscopia portáteis, integrados, compactos, completos, novos, 1º uso; de instrumentais cirúrgicos reutilizáveis, autoclaváveis, novos, 1º uso, dispostos em kits ou bandejas; e de autoclaves, contemplando fornecimento e instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, peças, acessórios, insumos, componentes e materiais e alocação de postos de trabalho de profissionais técnicos especializados, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender a demanda de procedimentos diagnósticos e cirúrgicos de vídeo endoscopia nas especialidades de ginecologia, urologia, coloproctologia, cirurgia de cabeça e pescoço, otorrinolaringologia, anestesiologia, cirurgia pediátrica, cirurgia geral, gastro cirurgia, cirurgia torácica e neurocirurgia, em regime ambulatorial e de centro cirúrgico, eletivo, urgente e emergencial, a serem executados nas dependências do Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira – HSPE/FMO do CONTRATANTE e **executada com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme detalhamento, condições e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do CONTRATADO e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

##### 1.1. Objeto da contratação:

O detalhamento do objeto desta contratação se encontra no Item 3.3 e seguintes (Especificações e Quantitativos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE	QDAD E	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
------	---------------	-------------------	-----------	-----------------------	----------------

		MEDIDA	TOTAL	(R\$)	MENSA L (R\$)
01	Equipamentos de vídeo endoscopia - Sistema portátil integrado	Unidade	07		
02	Equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica da alta resolução Full-HD.	Unidade	10		
03	Ginecologia -kits ou bandejas	Unidade	06		
	Ginecologia- Complemento - Kits ou bandejas (Vide Observação)		02		
04	Urologia - Kits ou bandejas	Unidade	06		
05	Microcirurgia de Laringe - Kits ou bandejas	Unidade	02		
05.1	Laringoscópios de Suspensão -Kits ou conjuntos		02		
05.2	Nasosinusal - Kits ou bandejas		02		
05.3	Cirurgia de otologia - Kits ou bandejas		01		
06	Cirurgia Abdominal/Torácica-Kits ou bandejas	Unidade	20		
07	Cirurgia Avançada-Kits ou bandejas	Unidade	03		
08	Neurocirurgia- Kits ou bandejas	Unidade	01		
09	Cirurgia Pediátrica-Kits ou bandejas	Unidade	02		
10	Urologia Pediátrica – Kits ou bandejas	Unidade	02		
11	Coloproctologia Pediátrica-Kits ou bandejas para Fístula Anal e Cisto Pilonidal	Unidade	01		
12	Anestesiologia-kits ou bandejas para via aérea difícil	Unidade	01		
13	Ginecologia (vídeo endoscopia) - Kits ou bandejas	Unidade	06		
14	Urologia-Kits ou bandejas para vídeo endoscopia rígida	Unidade	02		
14.1	Urologia- Kits ou bandejas para vídeo endoscopia flexível		03		
15	Cirurgia de cabeça, pescoço e otorrinolaringologia-Kit ou bandeja	Unidade	01		
16	Coloproctologia- Kits ou bandejas para videorretossigmoidoscopia, rígida, adulto	Unidade	02		
16.1	Coloproctologia- Kits ou bandejas para videorretossigmoidoscopia, rígida, infantil.		01		
17	Locação de 2 (duas) autoclaves, novas, 1º uso com tecnologia diversas (gravitacional, vácuo e/ou câmara simples/tradicional), mínimo de 4 (quatro) ciclos de esterilização sendo a esterilização rápida com ciclo máximo de 30 min, capacidade mínima de 5L/1Kg ou maior, com os insumos necessários para o perfeito funcionamento (integradores, cliques biológicos e secantes).	Unidade	02		
18	Nobreaks senoidal, novos, 1º uso, com 1 hora de autonomia, com entrada bivolt automática (100-240V) que garanta, no mínimo, 15 (quinze) minutos de operação para o sistema em caso de falta de energia elétrica.	Unidade	10		

19	Manutenção preventiva e corretiva em equipamentos vídeo endoscópicos, autoclaves, nobreaks e instrumentais cirúrgicos	Mês	15		
20	Postos de 12 horas, diurno, de 2ª feira a 6ª feira, das 7h00 às 19h00, de instrumentadores cirúrgicos com formação de técnico de vídeo endoscopia;	Posto	07		
21	Postos de 12 horas, diurno, de 2ª feira a 6ª feira, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de vídeo endoscopia	Posto	02		
22	Postos de 12 horas, diurno, sábado e domingo, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de vídeo endoscopia	Posto	02		
23	Posto de 12 horas, noturno, de 2ª feira a domingo, das 19h00 às 07h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de vídeo endoscopia	Posto	01		
24	Posto de 6 horas, de 2ª feira a domingo, das 16h00 às 22h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de vídeo endoscopia	Posto	01		
25	Posto de 12 (doze) horas, diurno, de 2ª feira a domingo, das 7h00 às 19h00, com formação de nível superior em enfermagem	Posto	01		
<b>VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO – R\$</b>					
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO – 15 MESES</b>					

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. A Portaria IAMSPE nº29 de 27/11//2025 e
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução deste contrato é o de Empreitada por **PREÇO GLOBAL**.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **15 (quinze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do CONTRATANTE, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.1.1.** O CONTRATADO poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

**2.1.2.** Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata o item acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o CONTRATADO, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.1.3.** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do CONTRATANTE.

**2.1.4.** Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

**2.1.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**2.1.7.** Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

- I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou
- II - na ausência de vantagem para o CONTRATANTE na manutenção do contrato, desde que o CONTRATANTE comunique ao CONTRATADO a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

**2.1.8.** Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o CONTRATADO não terá direito a qualquer espécie de indenização

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA—MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

**4.1.1.** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, abaixo discriminada:

**4.1.1.1.** locação de equipamentos de vídeo endoscopia, locação de instrumentais cirúrgicos (kits ou bandejas), locação de autoclaves e locação de nobreaks.

**4.1.2.** Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

**4.1.2.1.** Assistência Técnica (manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de vídeo endoscopia, autoclaves, nobreaks e manutenção corretiva dos instrumentais cirúrgicos); e

**4.1.2.2.** Postos de Profissionais Técnicos Especializados e Supervisor.

**4.1.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**4.1.4.** A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

**4.1.4.1.** Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

**4.1.4.2.** Autorização prévia da CONTRATANTE, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

**4.1.4.3.** Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**4.1.4.4.** Análise e autorização da subcontratação parcial pela CONTRATANTE, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo CONTRATANTE;

**4.1.4.5.** Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

**4.1.4.6.** Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

**4.1.5.** Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

**4.1.6.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor mensal estimado da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), perfazendo o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) **para 15 (quinze) meses.**

**5.2.** No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

**6.1.** O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS ([art. 92, V e X](#))**

**7.1.** Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 01 (um) ano, mediante solicitação do CONTRATADO.

**7.2.** O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado à data da apresentação da proposta atualizada.

- a)** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b)** Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

**7.3.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

**7.3.1.** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

**7.4.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**7.5.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**7.6.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**7.7.** Na repactuação, o CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de

participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do CONTRATADO, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

**7.8.** Quando a repactuação solicitada pelo CONTRATADO se referir aos custos da mão de obra, o CONTRATADO efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

**7.8.1.** A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**7.9.** Quando a repactuação solicitada pelo CONTRATADO se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPC-FIPE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

**7.9.1 Q1**

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

Iº = índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

**7.9.1.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**7.9.2.** Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

**7.9.3.** Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**7.9.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

**7.10.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

**7.11.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**7.12.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.



**7.13.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**7.14.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

**7.15.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou ao CONTRATADO proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

**7.16.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

**7.17.** O CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação em **até 30 (trinta) dias**, contado a partir da data em que for apresentada, pelo CONTRATADO, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, §6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**7.17.1.** O prazo referido no subitem anterior não se iniciará enquanto o CONTRATADO não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

**7.18.** A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

**7.19.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.20.** Se ocorrer repactuação para valor maior, o CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

**7.21.** Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo CONTRATADO a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)**

**8.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, as despesas do CONTRATADO;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;



**8.1.5.** Comunicar o CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.7.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.8.** Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do CONTRATADO, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133, de 2021):

- I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
- II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- V) demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

**8.1.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (trinta) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

**8.1.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.1.13.** Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.14.** Observar que constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em CONTRATO.

**8.1.15.** Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do CONTRATADO, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

**8.2.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para adequada instrução do requerimento.

**8.3.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**9.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.1.1.** Designar e manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local do serviço para representar o CONTRATADO na execução do contrato.

**9.1.1.1.** A indicação ou a manutenção do preposto do CONTRATADO poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, hipótese em que o CONTRATADO deverá designar outro para o exercício da atividade.

**9.1.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.1.3.** Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

**9.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.1.6.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.1.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo CONTRATADO para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o CONTRATADO deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.1.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação

específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.1.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

**9.1.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

**9.1.11.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.1.12.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**9.1.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.1.14.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.1.16.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para licitação;

**9.1.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

**9.1.18.** Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

**9.1.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

**9.1.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

**9.1.21.** Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do CONTRATANTE;

**9.1.22.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

**9.1.23.** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

**9.1.24.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

**9.1.25.** Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;

**9.1.26.** Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

**9.1.27.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

**9.1.28.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

**9.1.29.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que o CONTRATANTE analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

**9.1.30.** Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

**9.1.31.** Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

**9.1.32.** Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

**9.1.33.** Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**9.1.34.** Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**9.1.35.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

**9.1.35.1.** Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

**9.1.35.2.** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no

prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;

**9.1.36.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

**9.1.37.** Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**9.1.37.1.** Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 2006, o CONTRATADO deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao CONTRATANTE a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;

**9.1.38.** Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva nas dependências do Hospital do Servidor Público Estadual Francisco Morato de Oliveira – HSPE/FMO, sito à Rua Pedro de Toledo nº 1800, Vila Clementino, São Paulo, Capital, **na forma estabelecida no item 5.1.3 e subsequentes do Termo de Referência**

**9.2.** Em atendimento à [Leinº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o CONTRATADO se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o CONTRATADO não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

**9.2.1.** O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o CONTRATADO à extinção unilateral do contrato, a critério do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

**9.3.** O CONTRATADO obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

**9.3.1.** agente público de órgão ou entidade CONTRATANTE, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.3.2.** pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.3.3.** pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.4.** O CONTRATADO deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1.** No âmbito da execução do objeto deste contrato, o CONTRATADO deve cumprir a Lei nº13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos editados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do CONTRATANTE no tratamento de dados pessoais.

**10.1.1.** O CONTRATADO deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

**10.1.2.** Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATADO deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**10.1.3.** Considerando a natureza do tratamento, o CONTRATADO deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

**10.1.4.** O CONTRATADO deve:

**10.1.4.1.** notificar o CONTRATANTE na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e

**10.1.4.2.** quando for o caso, auxiliar o CONTRATANTE na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo.

**10.1.5.** O CONTRATADO deve notificar ao CONTRATANTE, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

**10.1.6.** O CONTRATADO deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

**10.1.7.** O CONTRATADO deve auxiliar o CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.

**10.1.8.** Na ocasião do encerramento deste Contrato, o CONTRATADO deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao CONTRATANTE ou eliminá-los, conforme decisão do CONTRATANTE, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, certificando por escrito, ao CONTRATANTE, o cumprimento desta obrigação.

**10.1.9.** O CONTRATADO deve colocar à disposição do CONTRATANTE, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo CONTRATANTE ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

**10.1.10.** O CONTRATADO responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709, de 2018 ou de

instruções do CONTRATANTE relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

**10.1.11.** Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, deverão ser observadas pelo CONTRATADO ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do CONTRATANTE;

**10.1.12.** É vedada a transferência de dados pessoais, pelo CONTRATADO, para fora do território do Brasil.

**10.1.13.** Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste Contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

**11.1.** A contratação conta com garantia de execução prestada pelo CONTRATADO, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 2% (dois por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do CONTRATADO que venham a participar da execução dos serviços contratados, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o CONTRATADO será depositário:

**11.1.1** BEM 1:....., de Valor:

**11.1.2** BEM 2:....., de Valor:

**11.1.3** Valor total dos bens acima indicados

**11.2.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

**11.3.** Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

**11.3.1** A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas;

**11.3.2** O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.3.3** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.4.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**11.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**11.5.1** prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

**11.5.2** multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO; e  
**11.5.3** obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

**11.6.** Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

- 11.6.1** Caso fortuito ou força maior;
- 11.6.2** Descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao CONTRATANTE;
- 11.6.3** Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

**11.7.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

**11.8.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo CONTRATANTE para fazê-lo.

**11.9.** O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**11.9.1** O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**11.9.2** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**11.10.** A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo CONTRATANTE ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

**11.11.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**11.12.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**11.13.** A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o CONTRATADO pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

**11.14.** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços CONTRATADO, o CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do CONTRATADO sem extinção de seus contratos de trabalho.

**11.15.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.



11.16. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Portaria IAMSPE nº29, de 27 de novembro de 2025](#), o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa: Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento. Portaria IAMSPE nº29/2025.**

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) combinado com o **artigo 6º da Portaria 29 de 27 de novembro de 2025**:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**12.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.9.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.10.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

**13.1.** O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**13.1.1.** O CONTRATADO reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.1.2.** O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.1.3.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.1.3.1.** Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

**13.2.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 13.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3.** Indenizações e multas.

**13.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13.4.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo CONTRATADO, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo CONTRATADO, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, com base nos artigos 50, 121 e 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.5.** Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do CONTRATADO, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**13.5.1.** Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

**13.5.1.1.** a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

**13.5.1.2.** os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

**13.6.** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do CONTRATADO no prazo de 15 (quinze) dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do CONTRATADO que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao CONTRATADO (art. 121, §3º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

**13.7.** O CONTRATANTE poderá ainda:

**13.7.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

**13.7.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**13.8.** Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo CONTRATANTE sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao CONTRATADO oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

**13.9.** A necessidade de alteração da convenção ou acordo coletivo, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical, com imposição de ônus financeiro à CONTRATANTE, constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do Artigo 137 da Lei federal nº14.133/2021.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.4.** Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021,, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.5.** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do CONTRATADO, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

**14.6.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

**15.1.** No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I Gestão/Unidade:
- II Fonte de Recursos:
- III Programa de Trabalho:
- IV Elemento de Despesa:
- V Plano Interno:
- VI Nota de Empenho:

**15.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

**16.1.** Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo CONTRATADO e pelo CONTRATANTE, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo:

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

### **TESTEMUNHAS:**

- 1.
- 2.

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>Locação de 17 (dezessete) Equipamentos de Vídeo Endoscopia</b>							
Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Unidade/ medida	Qtde.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	Equipamentos de vídeo endoscopia - Sistema portátil integrado.		unidade	07			
02	Equipamentos de vídeo cirurgia endoscópica da alta resolução Full-HD.		unidade	10			
Total/mês							
Total/ 15 meses (1)							

<b>Locação de 66 (sessenta e seis) Instrumentais Cirúrgicos (kits ou bandejas)</b>								
Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Unidade/ medida	Qtde..	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)	

Centro Cirúrgico							
01	<u>Ginecologia</u> -kits ou bandejas		unidade.	06			
	<u>Ginecologia</u> - -Complemento-Kits ou bandejas (Vide Observação)			02			
02	<u>Urologia</u> - Kits ou bandejas		unidade	06			
03	Microcirurgia de Laringe-Kits ou bandejas		unidade	02			
03.1	Laringoscópios de Suspensão-Kits ou conjuntos			02			
03.2	Nasosinusal- Kits ou bandejas			02			
03.3	Cirurgia de otologia-Kit ou bandeja			01			
04	Cirurgia Abdominal/Torácica-Kits ou bandejas		unidade	20			
05	Cirurgia Avançada-Kits ou bandejas		unidade	03			
06	Neurocirurgia- Kit ou bandeja		unidade	01			

07	Cirurgia Pediátrica- Kits ou bandejas		unidade	02			
08	Urologia Pediátrica – Kits ou bandejas		unidade	02			
09	Coloproctologia Pediátrica – Kit ou bandeja para Fístula Anal e Cisto Pilonidal		unidade	01			
10	Anestesiologia – Kit ou Bandeja para via aérea difícil		unidade	01			
<b>Ambulatório</b>							
11	Ginecologia (vídeo endoscopia) - Kits ou bandejas		unidade	06			
12	Urologia-Kits ou bandejas para vídeo endoscopia rígida		unidade	02			
12.1.	Urologia- Kits ou bandejas para vídeo endoscopia flexível			03			
13	Cirurgia de cabeça, pescoço e otorrinolaringologia-Kit ou bandeja		unidade	01			
14	Coloproctologia- Kits ou bandejas para videorretossigmoidoscopia, rígida, adulto		unidade	02			



14.1.	Coloproctologia- Kits ou bandejas para videorretossigmoidoscopia, rígida, infantil			01			
Total/mês							
Total/ 15 meses (1)							

Locação de 02 (duas) Autoclaves							
Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Unidade/ medida	Qtde.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	Novas, 1º uso, móveis, com tecnologias diversas (gravitacional, vácuo e/ou câmara simples/tradicional) mínimo de 4 (quatro) ciclos de esterilização sendo a esterilização rápida, com ciclo máximo de 30 minutos, capacidade mínima de 5 litros/ 1 kg ou maior, com os insumos necessários para o perfeito funcionamento (integradores, cliques biológicos e secantes)		unidade	02			
Total/Mês							

Total/15 Meses (3)		
--------------------	--	--

Locação de 10 (dez) Nobreaks							
Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Unidade/ medida	Qtde.	Valor/unit.	Valor/mensal	Total (15 meses)
01	Nobreak senoidal, novos, 1º uso, com 1 hora de autonomia, com entrada bivolt automática (100-240V).		unidade	10			
Total/Mês							
Total/15 Meses (4)							

Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos locados com aplicação de peças, materiais, insumos, acessórios e componentes					
Item	Especificação	Unidade/ medida	Qtde.	Valor/mensal.	Total (15 meses)
01	Manutenção preventiva e corretiva em equipamentos vídeo endoscópicos, autoclaves, nobreak e instrumentais cirúrgicos	Mês	15		

Total/Mês		
Total/15 Meses (5)		

<b>Postos de Profissionais Especializados para manutenção, processamento dos instrumentais cirúrgicos e dos equipamentos, instrumentação cirúrgica e treinamento dos servidores da Contratante, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.</b>					
Item	Especificação/Escala	Unidade/medida	Qtde.	valor mensal	valor total (15 meses)
01	Postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, de instrumentadores cirúrgicos com formação de técnico de videoendoscopia	Posto	07		
02	Postos de 12 horas, diurno, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia	Posto	02		
03	Postos de 12 horas, diurno, sábado e domingo, das 7h00 às 19h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia	Posto	02		

04	Posto de 12 horas, noturno, de Segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia	Posto	01		
05	Posto de 6 horas, de Segunda a domingo, das 16h às 22h00, com formação mínima de nível médio na área de enfermagem, para atuar como técnico/auxiliar na área de videoendoscopia	Posto	01		
Total/Mês					
Total/15 Meses (6)					

Posto de Supervisor de segunda-feira a domingo, inclusive feriados					
Item	Especificação/Escala	Unidade/medida	Qtde.	valor mensal	valor total (15 meses)
01	Posto de 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, das 7h00 às 19h00, com formação de nível superior em enfermagem	Posto	01		
Total/Mês					

Total/15 Meses (7)		
<b>TOTAL GERAL DA PROPOSTA</b>		
Valor Mensal da Proposta (1+2+3+4+5+6+7)	R\$	
Valor Total da Proposta (15 Meses)	R\$	

**Valor total da proposta: valor por extenso em reais**

**Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.**

**Dados Bancários: Banco do Brasil - Conta Ativa**

1. Condições a serem observadas para o correto dimensionamento da Proposta a ser apresentada:

1.1. Embora o critério de julgamento do certame seja o menor preço global o fornecedor deverá detalhar em sua Proposta o Preço Unitário de cada Item de Serviço que compõe a contratação.

1.2. No valor da proposta deverão estar contemplados todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto da futura contratação, inclusive todos os custos com materiais, insumos, peças, acessórios, reposição de equipamento e/ou componente e/ou instrumental cirúrgico que sofrer avaria irreversível, manutenção preventiva e corretiva, transporte de qualquer natureza, salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas de todo pessoal do Contratado, como também uniformes, EPI's, materiais empregados, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Contratado das futuras obrigações a serem assumidas.

1.3. A instalação, calibração e aferição dos equipamentos é de responsabilidade do Contratado, sem ônus para a Contratante, e deverá ser realizada de acordo com o disposto no Manual registrado na ANVISA.

1.4. Qualquer equipamento e/ou componente e/ou instrumental cirúrgico que sofrer avaria irreversível deverá ser substituído a expensas do Contratado, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) contado da data de comunicação pela Contratante.

1.5. A lista dos custos acima não é exaustiva deverá ser considerado todo e qualquer custo decorrente da execução do futuro contrato.

1.6. A Proposta de Preços deverá ser acompanhada de Planilha(s) de Composição de Custos e Formação de Preços, contemplando, inclusive, os custos com mão de obra, com a indicação do Sindicato da Categoria, uma vez que a prestação de serviços objeto do presente processo envolve a contratação de mão de obra com regime de dedicação exclusiva e será de suma importância à época da repactuação (reajuste) dos preços inicialmente ajustados.

1.7. Não serão aceitas propostas de fornecimento cuja embalagem apresente quantidade diversa da apresentação do produto registrado na Agência Nacional de vigilância Sanitária – ANVISA.

1.8. As características dos equipamentos e/ou materiais cirúrgicos ofertados devem guardar compatibilidade com as especificações ora exigidas que possam ser comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelos fabricantes, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas. As especificações e/ou materiais informativos devem estar em português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.

**ANEXO IV**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

1. O CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal Técnico, realizará mensalmente avaliação da prestação dos serviços utilizando o Instrumento de Medição de Resultado - IMR tendo por objetivo avaliar, definir e padronizar o desempenho e a qualidade dos serviços prestados que refletirá diretamente na aferição do valor a ser pago mensalmente ao Contratado.
2. A ferramenta de avaliação **IMR** está vinculada aos serviços prestados pelo CONTRATADO descritos no Termo de Referência, devendo ser efetuada mensalmente pelo Fiscal Técnico do contrato, de forma a gerar o Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados que embasará os valores a serem faturados mensalmente, com aplicação ou não do fator redutor para os valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios;
3. Os serviços serão avaliados conforme descrito neste item por meio dos parâmetros estabelecidos na **Ficha de Avaliação do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR** que é parte integrante deste Anexo e do Termo de Referência, constando nela os procedimentos/critérios de avaliação.
4. Serão adotados os seguintes critérios e percentuais para pagamento, resultado da avaliação em relação à pontuação obtida, conforme consta na **Ficha De Avaliação**:
  - 4.1. Maior ou igual a 12 pontos - será considerado 100% (cem por cento)
  - 4.1. de 11 pontos - será considerado 97% (noventa e sete por cento)
  - 4.2. de 10 pontos - será considerado 94% (noventa e quatro por cento)
  - 4.3. de 09 pontos - será considerado 90% (noventa por cento)
  - 4.4. de 08 pontos ou menor - será considerado 85% (oitenta e cinco por cento)
5. A aplicação da avaliação, por si só, não constitui em aplicação de penalidade ao CONTRATADO, e sim uma ferramenta de avaliação do nível da qualidade da prestação dos serviços efetivamente executados.
- 5.1. As penalidades e os critérios de aplicação das mesmas seguirão o estabelecido nas cláusulas contratuais.
6. Caso o CONTRATADO não concorde com a pontuação obtida como resultado de uma avaliação e porventura recusar-se a assinar a respectiva **Ficha de Avaliação** do IMR, esta será preenchida e assinada por duas testemunhas da CONTRATANTE.
- 6.1. O CONTRATADO receberá uma cópia da **Ficha de Avaliação**, tendo 05 (cinco) dias úteis para prestar os esclarecimentos necessários com a juntada da documentação que julgar pertinente.
- 6.2. O Gestor do contrato avaliará as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, se posicionando pelo aceite ou não, por escrito e encaminhando ao CONTRATADO, quando então concluirá a avaliação e a pontuação final.
7. Quando o resultado da avaliação se apresentar menor ou igual a 07 (sete) ou se alguma falha proporcionar suspensão de qualquer procedimento agendado, será considerado Falta Grave, devendo o CONTRATADO apresentar justificativa por escrito no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sendo que a não apresentação da justificativa acarretará aplicação das penalidades contratuais previstas.
8. Os critérios de avaliação dos serviços prestados pelo CONTRATADO obedecerão aos seguintes parâmetros:
  - 8.1. **Equipamentos**

**8.1.1.** 02 (dois) pontos (SIM), equipamentos em total condição de uso e operação durante 81% (oitenta e um por cento) a 100% (cem por cento) dos dias do mês.

**8.1.2.** 01 (um) ponto (PARCIAL), equipamentos em total condição de uso e operação durante 60% (sessenta por cento) a 80% (oitenta por cento) dos dias do mês.

**8.1.3.** Pontuação 0 (zero) (NÃO), equipamentos em total condição de uso e operação em tempo inferior a 60% (sessenta por cento) dos dias do mês.

**8.1.4.** Para fins de contagem dos dias de funcionamento será excluído como NÃO (funcionamento) o prazo de 24h (vinte e quatro horas).

## **8.2. Instrumentais Cirúrgicos (Bandejas ou kits)**

**8.2.1.** 02 (dois) pontos (SIM), manter todas as bandejas ou kits completos durante 71% (setenta e um por cento) a 100% (cem por cento) dos dias do mês; (item 6.2. do TR original).

**8.2.2.** 01 (um) ponto (PARCIAL), manter todas as bandejas ou kits completos durante 50% (cinquenta por cento) a 70% (setenta por cento) dos dias do mês; (item 6.2. do TR original).

**8.2.3.** Pontuação 0 (zero) (NÃO), manter todas as bandejas ou kits completos em tempo inferior a 50% (cinquenta por cento) dos dias do mês.

## **8.3. Limpeza e/ou desinfecção**

**8.3.1.** Em cenário onde a limpeza e/ou desinfecção de 01 (um) equipamento ou 01 (uma) bandeja ou kit não foi realizada, por ação única e exclusiva do Contratado será considerada a pontuação 0 (zero) (NÃO).

## **8.4. Procedimentos**

**8.4.1.** Em cenário onde 01 (um) procedimento deixou de ser realizado no horário estabelecido pela CONTRATANTE, por ação única e exclusiva do Contratado será considerada a pontuação 0 (zero) (NÃO).

**8.4.2.** Em cenário onde a não realização do procedimento foi ocasionada por intercorrência clínica do paciente, devidamente registrada em prontuário.

**8.4.2.1.** 01 (um) ponto (SIM);

## **8.5. Postos de Profissionais (Equipe Técnica)**

**8.5.1.** Em cenário onde 01 (um) membro da equipe técnica deixar de portar crachá de identificação será considerada a pontuação 0 (zero) (NÃO).

**8.5.2.** Em cenário onde se verificar a ausência da utilização de EPI's por 01 (um) membro da equipe técnica será considerada a pontuação 0 (zero) (NÃO).

**8.5.3.** 03 (três) pontos (SIM) a equipe técnica do CONTRATADO deverá atuar de forma que os níveis de serviço estabelecidos em contrato sejam atingidos em 91% (noventa e um por cento) a 100% (cem por cento) dos procedimentos realizados no mês;

**8.5.4.** 01 (um) ponto (PARCIAL) a equipe técnica do CONTRATADO deverá atuar de forma que os níveis de serviço estabelecidos em contrato sejam atingidos em 90% (noventa por cento) a 80% (oitenta por cento) dos procedimentos realizados no mês;

**8.5.5.** 0 (zero) ponto (NÃO) se a equipe técnica do CONTRATADO atuar de forma que os níveis de serviço estabelecidos em contrato sejam atingidos em número inferior a 80% (oitenta por cento) dos procedimentos realizados no mês.



**8.5.6.** 02 (dois) pontos (SIM) a equipe técnica do CONTRATADO cumpriu os horários pré-estabelecidos em contrato em 91% (noventa e um por cento) a 100% (cem por cento) dos procedimentos realizados no mês;

**8.5.7.** 01 (um) ponto (PARCIAL) a equipe técnica do CONTRATADO cumpriu os horários pré-estabelecidos em contrato em 90% (noventa por cento) a 80% (oitenta por cento) dos procedimentos realizados no mês;

**8.5.8.** 0 (zero) ponto (NÃO) a equipe técnica do CONTRATADO cumpriu os horários pré-estabelecidos em contrato em número inferior a 80% (oitenta por cento) dos procedimentos realizados no mês.

Nos casos em que os serviços forem avaliados como “NÃO” ou o resultado da Avaliação de Nível de Serviço resultar em valor menor ou igual a 07 (sete) a não conformidade será classificada como grave, e o CONTRATADO terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado da data de ciência da avaliação, para apresentar justificativa a CONTRATANTE, por intermédio do Gestor de Contrato, que apreciará os argumentos e decidirá pela aceitação ou não da justificativa, com o devido embasamento da decisão.

A rejeição da justificativa apresentada ou a não apresentação de justificativa pelo CONTRATADO implicará no início imediato do processo de apuração e, se o for o caso, aplicação das sanções previstas nas Cláusulas específicas do Contrato.

A **Avaliação do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR** deverá ser datada e assinada pelo Fiscal Técnico do Contrato, pelo Gestor do Contrato e pelo Preposto do CONTRATADO. Se o Preposto do CONTRATADO recusar a assinar o referido documento este será firmado pelo Fiscal Técnico do Contrato, pelo Gestor do Contrato e duas testemunhas da CONTRATANTE que validarão a avaliação realizada, bem como que o Preposto do CONTRATADO foi devidamente notificado.

**ANEXO IV - FICHA DE AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

ITEM	PROCEDIMENTO/EQUIPAMENTO/BANDEJAS/KITS	SIM	PARCIAL	NÃO	TOTAL
8.1.	Equipamento em pleno funcionamento. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.2.	Bandejas/kits contendo todos os componentes exigidos. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.3.	Equipamentos e Bandejas/kits limpos/desinfetados. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.4.	Procedimento realizado no horário e no tempo previsto. SIM – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.4.2.	Preencher se a resposta ao item acima (8.4) for NÃO e o procedimento não foi realizado por intercorrência clínica do paciente devidamente registrada em prontuário – 01 ponto				
<b>SUBTOTAL (1) - MÁXIMO DE PONTOS = 08 (OITO)</b>					
ITEM	POSTOS DE PROFISSIONAL (EQUIPE TÉCNICA)	SIM	PARCIAL	NÃO	TOTAL
8.5.1	Identificada e portando crachá. SIM – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.5.2	Utilizando os EPI's ativamente no ambiente de trabalho. SIM – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.5.3 a 8.5.5	Desempenho adequado das suas funções. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
8.5.6.	Cumprimento dos horários pré-estabelecidos. SIM – 02 pontos, PARCIAL – 01 ponto e NÃO – 0 ponto				
<b>SUBTOTAL (2) - MÁXIMO DE PONTOS = 06 (SEIS)</b>					

ITEM	TOTAL DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO	SIM	NÃO
01	Houve intercorrência dos profissionais (equipe técnica) e/ou dos equipamentos e/ou dos instrumentais cirúrgicos que impediu a realização de qualquer tipo de procedimento. - Se a resposta for “SIM”, notificar o Contrato por falta grave. - Aplicação de penalidades conforme previsto em contrato.		

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA GLOSA DA FATURA	
RESULTADO	Data: ____/____/____
Liberação Total da fatura	Nota Maior ou Igual a 12 pontos
Liberação de 97% da fatura	Nota 11 pontos
Liberação de 94% da fatura	Nota 10 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota 9 pontos
Liberação de 85% da fatura	Nota entre 08 pontos ou menor
Assinatura do Fiscal Técnico do Contrato	
Assinatura do Gestor do Contrato	
Assinatura do Preposto do Contratado	
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
	Data: ____/____/____
Contrato Administrativo	Nº
Contratado	
Objeto:	
Gerência Responsável	
Período Avaliado	De ____/____/____ a ____/____/____.
Resultado Apurado	Nota
Liberação da Fatura	_____% (____ por cento)
Fiscal Técnico do Contrato	
Gestor do Contrato	
Preposto do Contratado	

**ANEXO V**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

**ANEXO V.1**  
**(CONFORME ITEM 8.23. DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I)**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA  
CONTRATAÇÃO**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº 147.00023133/2025-38, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

**ANEXO V.2**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
**(CONFORME ITEM 8.30. DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I)**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº 14700023133/2025-38, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição federal;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso;
- e) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- f) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- g) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e
- h) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;
- i) sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

### ANEXO V.3

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO  
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO  
(CONFORME ITEM 5 DO EDITAL)  
(em papel timbrado da licitante)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº 14700023133/2025-38, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, tais como:

- I. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV. no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

- V.** Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

#### **ANEXO V.4**

##### **MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 8.29 DO TERMO DE REFERÊNCIA (em papel timbrado da licitante)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal da licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº14700023133/2025-38, DECLARO, sob as penas da Lei, que apresentarei, por ocasião da assinatura do termo de contrato, a seguinte documentação:

**1.**Possui profissionais em quantidade suficiente e com a qualificação técnica exigida para a execução do objeto do contrato, conforme especificações detalhadas no item 8.29 do Termo de Referência.

**2.**Disporá das instalações e do aparelhamento técnico adequados para a realização do objeto da licitação, e de que, por ocasião da celebração do contrato, apresentará a relação da equipe técnica, operacional e administrativa, com a quantificação e qualificação das funções compatíveis com o objeto licitado, sob as penas legais cabíveis.

A presente DECLARAÇÃO tem validade enquanto perdurar a vigência do contrato decorrente da licitação acima referida e será válida a partir desta data.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

## **ANEXO V.5**

### **MODELO A QUE SE REFERE O ITENS 8.24 e 8.24.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA (em papel timbrado da licitante)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal da licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº14700023133/2025-38, DECLARO, sob as penas da Lei, que:

- 1.** No ato da assinatura do contrato apresentarei a prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA, em plena validade.
- 2.** caso opte pela subcontratação apresentarei no ato da assinatura do contrato o registro ou inscrição da subcontratada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA, em plena validade.

A presente DECLARAÇÃO tem validade enquanto perdurar a vigência do contrato decorrente da licitação acima referida e será válida a partir desta data.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO VI**  
**MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA**

**ANEXO VI.1**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO  
DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA  
(CONFORME ITENS 4.7., 4.8., 4.9., 4.9.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA)**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº14700023133/2025-38, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

## **ANEXO VI.2**

### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO (CONFORME ITEM 4.10. DO TERMO DE REFERÊNCIA) (elaborada pelo licitante)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº 14700023133/2025-38, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO VII

### MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.2. E SUBSEQUENTES DO TERMO DE REFERÊNCIA

(em papel timbrado da licitante)

Assunto: **Carta de Solidariedade**

Objeto da Licitação: \_\_\_\_\_

Prezados(as) Senhores(as),

Pelo presente, (razão social do fabricante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em (Endereço Completo), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) [Nome(s) e Qualificação do(s) Representante(s) Legal(is)], vem, por meio desta, DECLARAR sua solidariedade a empresa (Nome Completo da Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de atendimento às exigências do Pregão nº \_\_\_\_\_, Processo SEI nº14700023133/2025-38.

Confirmamos que os produtos ofertados pela licitante acima mencionada, especificamente os equipamentos de vídeo endoscopia e os instrumentais cirúrgicos (Descrever Detalhadamente do(s) Produto(s) Objeto da Licitação), são de nossa fabricação e que, caso a proposta da (nome da empresa licitante) seja a vencedora, nos comprometemos solidariamente a:

1. Prestar assistência técnica e garantia contra quaisquer defeitos de fabricação dos equipamentos e/ou instrumentais cirúrgicos pelo prazo de 12 (doze) meses, além do prazo previsto no Código de Defesa do Consumidor e as especificações dos produtos (descrever detalhadamente os produtos objeto da licitação), substituindo, imediatamente, qualquer equipamento e/ou instrumental cirúrgico que apresente incompatibilidade no momento dos testes e/ou da utilização nos procedimentos.
2. Fornecer peças de reposição originais, manutenção e suporte técnico especializado durante todo o período contratual e de garantia, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital.
3. Assegurar a originalidade, qualidade e conformidade dos produtos (homologados de acordo com a legislação vigente) com as normas técnicas e especificações exigidas pela Administração.
4. Assegurar que os equipamentos de vídeo endoscopia e os instrumentais cirúrgicos foram projetados para uso conjunto e que a garantia cobre o funcionamento do sistema completo.
5. Garantir a disponibilidade de peças de reposição originais por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o fim da fabricação.

Colaborar com o licitante para o integral cumprimento das obrigações contratuais assumidas perante este órgão, dentro de nossas atribuições como fabricante.

A presente **Carta de Solidariedade** tem validade enquanto perdurar a vigência do contrato decorrente da licitação acima referida e será válida a partir desta data.

Local e data

Assinatura do Representante Legal do Fabricante  
(assinatura digital padrão ICP-Brasil ou firma reconhecida)

Nome Completo do Representante  
Cargo/Função

Razão Social do Fabricante

**ANEXO VIII**  
**PORTARIA IAMSPE Nº29, de 27 de novembro de 2025**

A Superintendente do IAMSPE, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 8º, item XXV do Regimento Interno (Portaria IAMSPE nº119 de 22 de outubro de 1970) e,

**Considerando** que a Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominada **LLCA**, consiste na nova norma geral de licitações e contratações públicas, editada pela União dentro da competência prevista no artigo 22, inciso XXVII da Constituição Federal, em substituição às Leis Federais nºs. 8.666/1993 e 10.520/2002 e Artigos 1º a 47ª da 12.462/2011 e,

**Considerando** a necessidade de estabelecer normas para aplicação das multas previstas no inciso II do artigo 156 da **LLCA** e,

**Considerando** o entendimento da Subprocuradoria da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo quanto às Autarquias poderem em relação às suas contratações, disciplinar a aplicação de sanções administrativas em edital ou contrato, bem como editar ato normativo para dispor sobre a matéria (§ 3º do Artigo 156 da **LLCA**).

**RESOLVE:**

Baixar a presente Portaria para disciplinar a aplicação de penalidades administrativas no âmbito do IAMSPE:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** - A aplicação das penalidades de natureza pecuniária e de advertência a que se referem os Artigos 155 e 156, incisos I e II da **LLCA** obedecerão às normas estabelecidas nesta Portaria.

**Artigo 2º** - As penalidades serão aplicadas em observância aos princípios que regem a Administração Pública, conforme dispõe o “caput” do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando ainda os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**Artigo 3º** - A apuração das infrações elencadas no Artigo 155 da **LLCA** será aplicada somente após o regular processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da contratada.

§ 1º - É facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação, que se fará nos termos previstos no Artigo 4º desta Portaria.

§ 2º - No caso de aplicação de sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública deverá ser instaurado processo de responsabilização a ser conduzido nos termos do Artigo 158 da **LLCA**.

§ 3º - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública são passíveis de reabilitação na forma prevista no Artigo 163 da **LLCA**.

**Artigo 4º** - A intimação do licitante ou CONTRATADO acerca da instauração do processo sancionatório, inclusive para efeitos de fixação da data inicial do prazo para manifestação, se fará por Ofício de Notificação, cuja entrega poderá se dar via:

I- Mensagem eletrônica enviada para o endereço eletrônico (e-mail) que conste no banco de dados cadastrais do CAUFESP ou SICAF.

II- CORREIOS, com Aviso de Recebimento.

III- Retirada pessoalmente efetuada pelo responsável/procurador do interessado junto ao IAMSPE.

IV- Qualquer outro meio documental em que se possa confirmar a ciência do notificado.

§ 1º - Quando as notificações forem efetuadas por meio eletrônico, caso não haja confirmação expressa de recebimento por parte da Contratada, o prazo estabelecido no parágrafo 1º do Artigo 3º desta Portaria será contado a partir da data do envio do respectivo Ofício, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

§ 2º - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do Artigo 137, §4º da **LLCA**.

## **CAPÍTULO II DAS PENALIDADES**

**Artigo 5º** - Comete infração administrativa, nos termos da **LLCA**, o CONTRATADO que:

- I- Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III- Der causa à inexecução total do contrato;
- IV- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII- Apresentar declaração ou documentação falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**§ 1º** - O licitante ou CONTRATADO que incidir nas infrações elencadas no Artigo 155 da **LLCA** ficará sujeito às seguintes sanções:

**a) Advertência** – se o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar à imposição de penalidade grave;

**b) Impedimento de licitar e contratar** – se praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Artigo 155 da **LLCA** e não se justificar à imposição de penalidade mais grave.

**c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** –quando praticadas as condutas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* deste artigo, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido *caput*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

**d) Multa** - se praticada qualquer das infrações previstas no artigo 155da **LLCA**.

**§ 2º** - Na aplicação das sanções descritas no parágrafo primeiro deste artigo serão consideradas:

- a)** natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Artigo 6º** - A inexecução total ou parcial do contrato e/ou o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, sujeitarão o CONTRATADO à aplicação de penalidades de:

**I** – Advertência;

**II** – Multa.

**§ 1º** - As penalidades descritas neste artigo são independentes e cumulativas, não havendo qualquer hierarquia entre elas, podendo ser aplicadas uma e/ou outra, conforme o caso.

**§ 2º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não impede a imposição da multa moratória e/ou à extinção do contrato em caso de não oferecimento integral da garantia no prazo ajustado contratualmente, conforme previsto no Artigo 9º desta Portaria.

**§ 3º** - A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da reparação integral do dano causado ao lamspe.

**Artigo 7º** - A penalidade de advertência será aplicada pela autoridade competente do lamspe por meio de decisão motivada e expressa nos autos e publicada no Diário Oficial, de acordo com os critérios da oportunidade e conveniência, em observância aos princípios da finalidade, economicidade e interesse público.

**§ único** - O lamspe deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas

pela Autarquia, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, instituído no âmbito do Poder Executivo Federal.

**Artigo 8º** - O atraso na entrega do objeto ou retardamento da execução ou da entrega do objeto sujeitará a contratada à multa moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias.

**§ 1º** - O A contagem do dia de atraso deverá ser realizada, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

**Artigo 9º** - A infração de inexecução parcial do contrato prevista no inciso I do *caput* do Artigo 5º desta Portaria sujeitará a contratada à multa de **5%(cinco por cento)** do valor do contrato.

**Artigo 10** - O CONTRATADO que der causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo, conforme previsto no inciso II do *caput* do 5º desta Portaria se sujeitará a multa compensatória de **10% (dez por cento)** do valor do contrato.

**Artigo 11** - A inexecução total do contrato prevista no inciso III do *caput* do Artigo 5º desta Portaria sujeitará o CONTRATADO a multa compensatória de **30%(trinta por cento)** do valor do contrato.

**Artigo 12** – No caso de serem cometidas as infrações contidas nos incisos IV e V do *caput* do Artigo 5º desta Portaria sujeitará o CONTRATADO a multa compensatória de **15% (quinze por cento)** do valor do contrato.

**Artigo 13** - A recusa injustificada do vencedor do certame em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracteriza a infração prevista no inciso VI do *caput* do Artigo 5º desta Portaria, sujeitando-o à imposição de multa de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato ou instrumento, sem prejuízo da instauração do procedimento previsto no parágrafo segundo do artigo 3º desta Portaria.

**§ único** - Se a recusa for motivada em fato impeditivo relevante e superveniente, devidamente reconhecido pela Administração, a multa poderá ser reconsiderada ou convertida em advertência, por decisão do Superintendente, devidamente expressa nos autos e com sua publicação no Diário Oficial.

**Artigo 14** - A infração prevista no inciso VII do *caput* do Artigo 5º desta Portaria, ou seja, ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado sujeitará o CONTRATADO a multa de **1% (um por cento)** do valor do contrato.

**Artigo 15** - As infrações previstas nos incisos VIII a XII do *caput* do Artigo 5º desta Portaria sujeitará a contratada à multa compensatória de **30%(trinta por cento)** do valor do contrato.

**Artigo 16** - A inobservância injustificada do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia sujeitará o CONTRATADO a multa moratória de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso sobre o valor total da garantia, até o máximo de **2% (dois por cento)**.

**§ 1º** - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Iamspe a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do *caput* do Artigo 137 da **LLCA**, implicando no cancelamento da respectiva Nota de Empenho (total ou saldo remanescente).

**§2º** - A extinção do contrato acima referenciado poderá ensejar, também, na aplicação da multa prevista no artigo 11 desta Portaria, ficando, ainda, facultado ao Superintendente determinar a instauração do procedimento administrativo para aplicação da sanção prevista no parágrafo segundo do artigo 3º desta Portaria.

**Artigo 17** - Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, caso o CONTRATADO deixe de apresentar, no prazo fixado pela fiscalização contratual, os documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e para

com o FGTS, em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, haverá a imposição de multa de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato.

**Artigo 18** - Observadas as disposições desta Portaria, o Superintendente só deixará de aplicar a sanção administrativa se verificado que:

**I** – Não houve a infração ou o notificado não foi seu autor.

**II** – A infração decorreu de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada pela notificação e reconhecida pela Administração e Superintendente.

**Artigo 19** - As multas desta Portaria poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas na **LLCA**, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos instrumentos convocatórios, contratos ou equivalentes.

### **CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 20** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo lamspe à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigido na documentação que integrará aquele instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

**§ único** - O não pagamento das multas nos prazos e formas indicadas implicará no registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial, respeitada a legislação vigente pertinente à matéria.

**Artigo 21** - As condutas previstas como infrações administrativas na **LLCA** e em outras leis de licitações e contratos, também tipificadas na Lei nº12.846/2013 como atos lesivos à Administração Pública, serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei nº 12.846/2013.

**Artigo 22** - A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na **LLCA**, ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no artigo 160 da referida Lei.

**Artigo 23** - As disposições desta Portaria aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 24** – Cópia autêntica desta Portaria deverá, obrigatoriamente, se constituir em anexo integrante dos atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.

**Artigo 25** - Às omissões desta Portaria, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

**Artigo 26** - Esta Portaria entra em vigência na data da sua publicação e revoga as disposições anteriores sobre o tema, notadamente a Portaria lamspe nº10/2025, de 17 de fevereiro de 2025.